

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

FRANCISCO MAURÍCIO DE SENA JÚNIOR

**A ORDENAÇÃO DAS MULHERES COMO PASTORAS NA ASSEMBLEIA DE
DEUS DO ESTADO DO AMAPÁ:
Desafios e consequências (2003 a 2016)**

São Leopoldo

2018

FRANCISCO MAURÍCIO DE SENA JÚNIOR

**A ORDENAÇÃO DAS MULHERES COMO PASTORAS NA ASSEMBLEIA DE
DEUS DO ESTADO DO AMAPÁ:
Desafios e consequências (2003 a 2016)**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia
Área de Concentração: Teologia
Fundamental Sistemática
Linha de Pesquisa: Gênero, Feminismos
e Diversidade

Orientador: Dr. Roberto Ervino Zwetsch

São Leopoldo

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S474o Sena Júnior, Francisco Maurício de
A ordenação das mulheres como pastoras na
Assembleia de Deus do estado do Amapá : desafios e
consequências (2003 a 2016) / Francisco Maurício de Sena
Júnior; orientador Roberto Ervino Zwetsch. – São Leopoldo :
EST/PPG, 2018.
92 p.. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa
de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2018.

1. Ordenação de mulheres – Assembleia de Deus. 2.
Mulheres no clero. 3. Mulheres nas obras da igreja –
Assembleia de Deus. I. Zwetsch, Roberto E. (Roberto
Ervino), orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

FRANCISCO MAURÍCIO DE SENA JÚNIOR

A ORDENAÇÃO DAS MULHERES COMO PASTORAS NA ASSEMBLEIA DE
DEUS DO ESTADO DO AMAPÁ:
Desafios e consequências (2003 a 2016)

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Teologia
Fundamental Sistemática
Linha de Pesquisa: Gênero, Feminismos
e Diversidade

Data de Aprovação: [Data da ata a ser incluída depois]

Roberto Ervino Zwetsch – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Oneide Bobsin – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Valéria Cristina Vilhena – Doutora em Teologia – UMESP

*Dedico este trabalho a toda mulher que
sofreu violência, que a luta continua por
uma sociedade de paz.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ao meu orientador, aos meus filhos e à minha mãe Idália Aurea de Sena.

Meu muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as relações de poder eclesial na ordenação de mulheres na Assembleia de Deus do Amapá, pertencente à Convenção Fraternal da Assembleia de Deus no Amapá (UFIADAP). A partir do processo histórico das mulheres nas suas reivindicações pelo direito à ordenação ministerial, reflete-se acerca do processo de inclusão das mulheres na hierarquia da igreja e os conflitos gerados nas relações de poder entre pastoras e pastores dentro da instituição. A ordenação das mulheres gera desafios na relação da convenção local com a direção nacional. Desta forma, o trabalho parte do marco teórico baseado nos conceitos da Teologia Feminista e na teoria de gênero. Realiza uma retrospectiva histórica das lutas das mulheres na conquista de seus espaços na sociedade. Em seguida, destaca o processo histórico do amadurecimento das consciências das mulheres pentecostais e de como se utilizou das suas estratégias para mudar a história do poder eclesial feito para os homens para incluir as mulheres no poder dentro da igreja. Por fim, analisa as intervenções históricas dentro das convenções estaduais e da convenção nacional e o impacto nas mentes dos homens que passam a dividir o poder com as mulheres dentro das convenções. São analisados os desafios e as consequências destas decisões para o povo pentecostal. Verifica-se que se trata de um processo de assimilação lenta, mas sem volta, pois já está escrito no estatuto da nova convenção nacional e local a inclusão da mulher no cargo de pastora e evangelista. Após 100 anos de história da Assembleia de Deus no Brasil, as mulheres pentecostais no Amapá e no Brasil conquistam o seu espaço de direito de igualdade.

Palavras-chave: Mulheres. Ordenação Ministerial. Poder nas Igrejas. Assembleias de Deus. Amapá.

ABSTRACT

This research analyzes the relations of ecclesiastical power in the ordination of women in the Assembly of God of Amapá, belonging to the Fraternal Convention of the Assembly of God in Amapá (UFIADAP). From the historical process of women in their claims for the right to ministerial ordination, it is reflected on the process of inclusion of women in the hierarchy of the church and the conflicts generated in the power relations between pastors and pastors within the institution. The ordination of women creates challenges in the relation of the local convention with the national direction. In this way, the work starts from the theoretical framework based on the concepts of Feminist Theology and on the theory of gender. It gives a historical retrospective of the struggles of women in the conquest of their spaces in society. It then highlights the historical process of the maturing of the consciences of Pentecostal women and how they used their strategies to change the history of ecclesiastical power made for men to include women in power within the church. Finally, it analyzes historical interventions within the state conventions and the national convention and the impact on the minds of men who begin to divide power with women within conventions. The challenges and consequences of these decisions for the Pentecostal people are analyzed. It is a process of slow assimilation, but no return, since the statute of the new national and local convention already includes the inclusion of women as pastors and evangelists. After 100 years of the history of the Assembly of God in Brazil, the Pentecostal women in Amapá and in Brazil conquer their space of equal rights.

Keywords: Women. Ministerial Order. Power in the Churches. Assemblies of God. Amapá.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 AS LUTAS DAS MULHERES E O FEMINISMO.....	21
2.1 Retrospectiva histórica das lutas das mulheres até chegar à Teologia Feminista.....	21
2.2 Fundamentos teológicos da dominação patriarcal.....	28
2.2.1 O poder religioso masculino.....	30
2.2.2 O processo histórico de dominação do homem dentro da Bíblia.....	31
2.3 Fundamentos da Teologia Feminista.....	32
2.3.1 Os paradigmas da autoridade: experiência e contexto.....	33
2.3.2 Sobre o contexto das Teologias Feministas.....	34
2.3.3 Mudanças nos paradigmas das teologias: por uma nova concepção de autoridade.....	35
2.3.4 Compartilhando a autoridade na casa e transformando as relações nela	40
3 GÊNERO E ORDENAÇÃO DE MULHERES AO MINISTÉRIO DAS IGREJAS ...	43
3.1 Sobre a categoria de análise “Gênero” e a realidade das mulheres	43
3.2 Bases teológicas para a ordenação de mulheres	54
3.2.1 Ordenação de ministro.....	54
3.2.2 A história da ordenação de mulheres nos ministérios das igrejas	56
4 PASTORAS NO PODER: DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS.....	65
4.1 Retrospectiva histórica da luta pelo poder na Assembleia de Deus do Brasil	65
4.2 Propostas para ordenar mulher como pastora pela Convenção geral da AD no Brasil.....	68
4.3 As divisões como luta pelo poder na AD do Brasil.....	70
4.4 Retrospectiva histórica da luta pelo poder na Assembleia de Deus no Amapá	72
4.4.1 As divisões como instrumento de poder na AD do Amapá	73
4.4.2 A filiação à Convenção de Brasília.....	75
4.4.3 A consagração de mulheres na Convenção de Brasília	76

4.4.4 A criação da nova Convenção do Amapá e a consagração de mulheres ao
pastorado 77

4.4.5 A criação da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB) 78

4.5 Desafios e consequências da ordenação de mulheres na AD 78

5 CONCLUSÃO 83

REFERÊNCIAS..... 87

1 INTRODUÇÃO

Embora existam outros estudos brasileiros sobre o fenômeno de transformação eclesial, é preciso entender que estaremos enfocando a pesquisa no estado do Amapá. Há que se fazer uma retrospectiva de como as mulheres foram ordenadas em outras instituições cristãs. Esta contribuição para o avanço das relações de poder dentro das igrejas pentecostais necessita ser explicitada em uma pesquisa que mostre os bastidores destas transformações. Embora sejam transformações pontuais, elas trazem uma repercussão nacional e internacional, pois todas as igrejas das Assembleias de Deus no Brasil e no mundo nunca tomaram esta iniciativa de assumir o desafio de mulheres exercendo o cargo de pastoras. Por isso, a relevância desta pesquisa, pois a mesma pode abrir espaço para outras pesquisas sobre a estrutura de poder desta igreja no Brasil.

O tema desta pesquisa é a ordenação de mulheres na União Fraternal das Assembleias de Deus do Amapá, UFIADAP, e analisa os processos históricos que levaram as mulheres a serem ordenadas pastoras nesta instituição tão tradicional, uma vez que há muitos anos não aceitava este tipo de atividades eclesiais. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é analisar as relações de poder eclesial na ordenação de mulheres na Assembleia de Deus do Amapá. Para tanto, o trabalho descreve o processo histórico das mulheres em busca do direito à ordenação ministerial na Assembleia de Deus no Amapá, identifica as consequências desta decisão gerada pela direção da Igreja no processo de inclusão das mulheres na hierarquia da igreja, busca compreender a relação de poder entre as pastoras e os pastores dentro da instituição e, por fim, reflete acerca dos desafios da relação da convenção local com a direção nacional.

O problema da pesquisa tem as seguintes perguntas: com a consagração de mulheres como pastoras na Assembleia de Deus do Amapá, rompendo com uma tradição da Convenção Geral do Brasil, que consequências este fato pode gerar para a convenção local? Há que considerar que as convenções estaduais devem obedecer às diretrizes da Convenção Geral, e estas diretrizes estão colocadas no estatuto nacional e no regimento interno. Quais as estratégias que a convenção do Estado do Amapá pode fazer para continuar com esta desobediência às normas

gerais da instituição nacional? Este é o problema analisado a partir do ponto de vista das relações de poder entre as mulheres assembleianas com os homens na Igreja do Amapá. Desta forma, a pergunta central desta pesquisa é: como definir as relações de poder eclesial na ordenação de mulheres na Assembleia de Deus do Amapá?

Para tanto, foram elencadas as seguintes hipóteses: 1) As mulheres da igreja estão sendo valorizadas pelas suas lutas para serem incorporadas como pastoras ao assumirem os cargos de lideranças nas igrejas locais. 2) Os homens resolveram consagrar mulheres porque precisam delas para as congregações (igrejas locais) que estão vazias, o que pode trazer maior eficiência para o ministério. 3) Esta prática faz parte da luta da mulher para ocupar o poder nas igrejas pentecostais e mesmo na sociedade civil.

A investigação é de cunho bibliográfico e tem como fonte os documentos já escritos da instituição, como estatutos, regimento interno, além de obras publicadas sobre a Igreja no Amapá. É utilizada ainda uma pesquisa feita pelo autor com pastores e pastoras acerca do tema, pesquisa esta já publicada em dois livros mencionados no texto e nas Referências. São utilizados também os dados da Secretaria da Convenção UFIADAP.

O trabalho está dividido em três capítulos. Inicia com uma abordagem sobre a Teologia Feminista e a Teoria de Gênero, percorrendo o processo de evolução destes dois conceitos importantes para analisar as relações de gênero. Passa pelos aspectos que dizem respeito à participação da mulher nas dimensões econômica, política, educacional, dos direitos humanos e de como a mulher, através das suas lutas, foi conquistando seus espaços na sociedade patriarcal e machista.

O capítulo seguinte parte da perspectiva da história da mulher pentecostal dentro da Assembleia de Deus no Brasil e no Amapá, de como ela foi conquistando seus espaços na hierarquia de poder. A formação teológica de pastores, com uma consciência mais liberal, mesmo com uma consciência ainda tímida por parte das mulheres pentecostais, auxiliou na construção do processo de inclusão da mulher no poder eclesial. As mulheres trabalharam, inicialmente, nos bastidores, para que hoje, na nova convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CABA), criada no ano de 2018, fosse incluída no Estatuto geral a ordenação de mulheres como pastoras e evangelistas em todo o Brasil.

Por fim, a pesquisa trata das questões, dos desafios e das consequências da ordenação da mulher, regulamentada em estatuto. Verifica-se que é preciso todo um processo de educação dos antigos pastores para aceitarem a nova condição. Há resistências, ainda, de pastores com a formação bíblica da antiga Convenção nacional. Trata-se de um processo que leva tempo para romper com a velha estrutura de poder dos homens. Neste capítulo fazemos uma relação de desafios e problemas que existem dentro da convenção do Amapá.

A conclusão retoma o exposto nos capítulos anteriores e resume o argumento central que foi apresentado: as mulheres pentecostais – ao alcançarem o direito de exercerem o cargo de pastoras e evangelistas – dão uma contribuição extraordinária à igreja e à sociedade brasileira para superar as desigualdades entre homens e mulheres; também ajudam a superar – passo a passo – o machismo e o patriarcalismo ainda reinantes entre nós. Seguem as Referências amplamente utilizadas na pesquisa.

2 AS LUTAS DAS MULHERES E O FEMINISMO

2.1 Retrospectiva histórica das lutas das mulheres até chegar à Teologia Feminista

Nesta breve abordagem histórica procura-se fazer uma retrospectiva das lutas das mulheres para fazer valer os seus direitos como sujeitos da história. Esta memória é importante para observar o processo de discriminação e opressão que elas sofreram como seres invisíveis da sociedade e como elas se organizaram para mudar esta realidade.

A primeira participação das mulheres no cenário político, ao que parece, ocorreu depois da Revolução Francesa (1789), no caso do movimento abolicionista de Londres. Segundo Souza, com “a Convenção mundial contra a Escravidão, realizada em Londres em 1840, as delegadas foram impedidas de participar das discussões sobre a abolição do trabalho cativo no Novo Mundo e obrigadas a assistir às seções como meras expectadoras”¹. Depois de as mulheres terem sido impedidas de participar, percebeu-se a necessidade de uma convenção a respeito dos direitos das mulheres. Por um longo período as mulheres foram controladas em seus corpos e sentimentos. Isto começou a ser questionado desde então.

No século XIX, as mulheres adotaram como estratégias para defender o seu espaço e seus direitos os jornais da época. Como afirma Souza: “Os jornais foram utilizados pelas mulheres do século XIX para divulgar suas reivindicações de igualdade e, com isso, formar uma opinião pública favorável a sua causa”². Isto na Europa. Mas também no Brasil este grito libertário chegou. A principal bandeira defendida pelo feminismo brasileiro foi o acesso à educação. Já em 1832, Nísia Floresta, uma das pioneiras do feminismo no Brasil, reivindicava a igualdade e o acesso à educação para as mulheres.

Nessa mesma época, nos EUA mulheres insistem no direito de estudar medicina. A partir da insistência pessoal de Maria Augusta Generosa Estrela e Josefa de Oliveira, elas conseguiram estudar medicina no *New York Medical College*

¹ SOUZA, Ezequiel de. *Do genérico ao gênero: a experiência masculina como ponto e partida para o fazer teológico*. São Leopoldo: Karywa, 2015, p.13.

² SOUZA, 2015, p.15.

and Hospital for Women. “Elas editaram o jornal ‘A mulher’, cujas páginas defendiam a capacidade intelectual feminina. E este exemplo foi seguido no Brasil onde foi permitido o acesso das mulheres ao ensino superior”³. No mesmo período ocorrem as reivindicações das mulheres operárias. Para Núñez de la Paz, o “impulso significativo, contudo, ocorre a partir do século XIX, em que as mulheres operárias começaram a se organizar e reivindicar melhores condições de trabalho nas fábricas”⁴. Uma destas manifestações nos EUA foi reprimida de modo tão violento que causou a morte de 130 tecelãs⁵.

No início do século XX, há um movimento que merece registro e que ficou conhecido como Movimento Pão e Rosas. Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova York reivindicando o mesmo que as operárias assassinadas em 1857, bem como o direito ao voto. Caminhavam com o slogan “Pão e Rosas”, o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas, uma melhor qualidade de vida. Este movimento deu o impulso para fazer do dia 08 de março o atualmente conhecido *Dia Internacional da Mulher* em memória das mortes das tecelãs em 1857⁶.

A luta pelo direito de voto das mulheres no Brasil vem de longe, mas demorou a ser conquistado. O movimento das mulheres para o direito de votar e ser votadas começou com o Partido Republicano Feminino, criado por Deolinda Daltro. “Em 1932 foi instituído por decreto presidencial, sendo confirmado pela nova constituição de 1934”⁷. Mas já em 1922, Berta Lutz havia fundado a Federação Brasileira pelo progresso feminino, com sede no Rio de Janeiro, uma organização que lutou pelos direitos das mulheres. Porém, só em 1936 elege-se como a primeira mulher deputada federal do Brasil⁸. No seu mandato ela criou o Departamento Nacional da Mulher.

A luta das mulheres veio num crescendo. Foi nos anos de 1950 que começa a construção da identidade do feminismo. Com a publicação da obra de Simone de Beauvoir, com o sugestivo nome de “O segundo sexo”, ela buscava desconstruir o

³ SOUZA, 2015, p.18.

⁴ NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette (Org.). *Da violência de gênero para relações humanizadas: guia regional*. São Leopoldo: CEBI, 2010, p 9.

⁵ NÚÑEZ DE LA PAZ, 2010, p 9.

⁶ NÚÑEZ DE LA PAZ, 2010, p.10.

⁷ NÚÑEZ DE LA PAZ, 2010, p.10.

⁸ NÚÑEZ DE LA PAZ, 2010, p.10.

mito da natureza feminina e negava a existência de um destino biológico feminino. Segundo Núñez de La Paz, o livro de Beauvoir provocou um impacto imediato e gerando forte crítica dos conservadores, principalmente, os capítulos dedicados à sexualidade feminina; por parte da esquerda, porque se acreditava que tal debate desviaria o foco da questão principal, a luta de classe⁹.

Mas é nos anos de 1960 que nos deparamos com o surgimento e proliferação de muitas organizações das mulheres. Centenas de grupos e organizações de mulheres afloraram no mundo inteiro. O lançamento do livro “A mística feminina”, de Betty Friedan, colocava uma questão fundamental na luta pela emancipação da mulher, isto é, a sua posição dentro da família. “As mulheres integram-se no mercado de trabalho, asseguram certos direitos sociais e jurídicos, têm acesso à educação e à participação política, mas a estrutura familiar não se altera”¹⁰. A divisão entre os sexos é tão profunda que mesmo nas lutas operárias há conflito entre homens e mulheres.

Já na década de 1970 ocorre o avanço dos movimentos sociais e a rearticulação de partidos de esquerda dentro ainda do período da Ditadura civil-militar que se implantou com o golpe de 1964. Essa década é um período de efervescência dos partidos de esquerda e dos movimentos populares. É um momento de lutas revolucionárias que têm entre suas origens as lutas emancipatórias dos anos de 1960 e que continuam na década de 1970, porém com a variante de uma forte repressão exercida pelos governos das ditaduras militares, que assumiram o poder em muitos países da América Latina através de golpes de Estado. Ocorrem de forma crescente e generalizada massacres, desaparecimento e tortura de homens e mulheres que se opunham aos governos ilegítimos. Nessa época, surge na América Latina uma nova forma de fazer teologia que ficou conhecida como *Teologia da Libertação*, tanto nos meios da Igreja católica Romana como em algumas das igrejas protestantes históricas¹¹. Esta teologia trouxe como novidade uma nova metodologia teológica, pois concebeu teologia como reflexão crítica a partir da práxis histórica num contexto de opressão. Por isto mesmo, ela assume o pobre como *locus* teológico, isto é, como ponto de partida da ação de

⁹ NÚÑEZ DE LA PAZ, 2010, p.11.

¹⁰ NÚÑEZ DE LA PAZ, 2010, p.11.

¹¹ ZWETSCH, Roberto E. Teologias da libertação e interculturalidade. In; ZWETSCH, Roberto E. *Conviver: ensaios para uma teologia intercultural latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2015, p. 107-128.

Deus no mundo. Toda hermenêutica e a teologia são elaborados a partir da opção pelo pobre.

As mulheres biblistas e teólogas seguem a linha da teologia da libertação, mas vão se diferenciando porque começam a afirmar a mulher como sujeito histórico oprimido e discriminado. Segundo Frigerio, as mulheres se afirmam como

[...] sujeito histórico de libertação e de produção teológica. Este passo foi fundamental para o começo de uma construção de consciência feminina. As mulheres começaram a reclamar um espaço do sujeito amplo que luta pela libertação da sociedade.¹²

Para as atividades teológicas das mulheres, se assume como ponto de partida a mulher como pessoa duplamente oprimida, por sua classe e por seu sexo. Esta perspectiva hermenêutica trouxe muita discussão para a teologia na América Latina, que continua até os dias de hoje.

A década de 1980 aprofunda as lutas de libertação em toda a América Latina. Do ponto de vista político, a América Central ganha relevância em todo continente. Vive-se a efervescência das organizações populares e dos grupos armados que lutam contra as ditaduras. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) triunfa na Nicarágua em 1979 e os demais movimentos revolucionários da área ganham força, como em El Salvador, Guatemala, Honduras, México, não sem um crescendo da repressão militar. Os temas teológicos trabalhados refletem a situação vivida e giram em torno de Reino de Deus e da história humana, teologia da vida e teologia da morte, idolatria, seguimento de Jesus, espiritualidade da libertação e martírio. Para Zwetsch, a “teologia latino-americana trouxe como novidade uma característica própria: ela nasceu como uma caminhada espiritual no meio do povo de Deus da América Latina, sobretudo entre os pobres”¹³.

Neste período, se inicia um diálogo aberto sobre a mulher e sua atividade como teóloga com os teólogos da libertação, pois se afirma que a problemática não é questão de mulheres, mas sua situação de marginalização que afeta toda a sociedade e, portanto, todos devem se comprometer nesta luta específica, sendo a mulher a protagonista principal. Como argumenta Frigerio:

¹² FRIGERIO, Tea. *Ecofeminismo: novas relações, nova terra, novos céus*. São Leopoldo: CEBI, 2002, 39.

¹³ ZWETSCH, Roberto E. *Teologia e prática da missão na perspectiva luterana*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009, p. 53.

Cada vez mais mulheres vão se incorporando à teologia. Estas, ao sentir-se [sic] sujeito da produção teológica, tocam inevitavelmente a problemática da mulher, mesmo quando o tema não seja sobre a mulher. Nesse momento se percebe o discurso teológico muito androcêntrico e patriarcal.¹⁴

Questiona-se a generalidade da opção pelo pobre em que o nível econômico tem o primado. Neste momento a mulher quer ver-se representada no discurso teológico. E não somente nos momentos em que se fala sobre mulher, mas em todo o discurso teológico. Como reconhece Pablo Richard quando escreve: “tomamos consciência de que os excluídos têm rosto de mulher, de homem, de negro, mulato, indígena, mestiço, branco, é de cultura rural ou urbana, é jovem ou adulto. Muitos são excluídos e empobrecidos por serem eles assim identificados no meio do mundo”¹⁵. Nestes processos de lutas vários setores no Brasil como os pobres, os negros, os indígenas, as mulheres, os operários e a luta política dos partidos de esquerda para participar do poder político alcançam toda a sociedade. É nesse momento histórico que temos a criação do Partido dos Trabalhadores (1980) e da Central Única dos Trabalhadores, além do início do processo constituinte que culminará, em 1988, com a Constituição Cidadã, que garantiu a ampliação dos direitos sociais do povo brasileiro, inclusive com a crescente participação de mulheres deputadas através das cotas previstas na legislação eleitoral.

A década 1990 ficou conhecida como período da redemocratização do Brasil. Esta fase histórica é muito recente e se inicia num contexto que favorece toda a reconstrução de paradigmas, sobretudo no que se refere às lutas das mulheres. No que se refere à teologia, observa-se uma nova atitude hermenêutica contra a dominação patriarcal e que procura propor uma teologia libertária e de superação do patriarcalismo tão presente na realidade brasileira e latino-americana. A teóloga brasileira Ivone Gebara propõe a reconstrução total da teologia e chama essa fase de ecofeminismo holístico¹⁶.

Neste contexto, o movimento das mulheres ganhou mais força, assim como o movimento negro, o movimento indígena e outros. Os aportes e os desafios radicais à teologia cristã e à hermenêutica procedem destes sujeitos, a temática da

¹⁴ FRIGERIO, 2002, p. 42.

¹⁵ RICHARD, Pablo. *Força ética e espiritual da teologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2006, p.13.

¹⁶ GEBARA, Ivone. *Vulnerabilidade, justiça e feminismos: antologia de textos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010.

teologia da libertação gira em torno de diversos temas, às vezes muito diferentes entre si, como por exemplo, questionar a economia de mercado e o deus sacrificador, a nova evangelização, a revelação de Deus em outras religiões não cristãs, a ecologia, e assim por diante. Um tema urgente para um grande setor é o da esperança ou utopia.

Nestes últimos anos, teólogas e biblistas da América Latina assinalam a importância de trabalhar as teorias de gênero para desenvolver com mais seriedade o discurso teológico e a hermenêutica bíblica feminina. Como afirma Frigerio:

Se a teologia da libertação utiliza a economia e a sociologia para analisar a situação de opressão e para posteriormente construir um discurso teológico, as mulheres terão que utilizar teorias de gênero para analisar com mais seriedade a situação de opressão das mulheres.¹⁷

Outra situação que demanda atenção da teologia são as mulheres negras e indígenas que reivindicam que se assumam teorias antropológicas e da simbologia como caminho para ampliar a compreensão de suas vidas e culturas.

Chegando aos anos 2000, o que se assiste é o fortalecimento do movimento feminista, especialmente das mulheres negras. O ecofeminismo representa a união de duas preocupações: a ecologia e o feminismo. A análise feminista tem afinidade com a ecologia profunda, embora muitas ecofeministas tenham culpado os ecologistas pela falta de análise de gênero e pela não percepção das relações entre antropocentrismo e o androcentrismo. Segundo Frigerio, o “ecofeminismo fundamenta-se na intuição básica de que há uma ligação fundamental na cultura ocidental e nas culturais patriarcais de modo geral entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza”¹⁸. Estas dominações geralmente acontecem a nível simbólico cultural. Ela demonstra o modo como a cultura patriarcal definiu as mulheres como sendo mais próximas da natureza, ou a cisão entre a cultura e a natureza.

Neste início de Terceiro Milênio, qual será o papel da mulher na sociedade e nas igrejas? O que se pode afirmar é que está acontecendo uma revolução fantástica: pelo fato de o capitalismo ter fabricado mais máquinas do que machos, as mulheres invadem o mundo masculino e, tecnicamente, acabam com a separação

¹⁷ FRIGERIO, 2002, p. 45.

¹⁸ FRIGERIO, 2002, p. 48.

entre o mundo privado e o público. Podemos falar assim em um embrião de superação do patriarcado. “Mas, paradoxalmente, elas estão fazendo isto com a estrutura psíquica que o sistema competitivo lhes alocou, isto é, o domínio arcaico da solidariedade e da partilha, ao passo que ao homem couberam a competitividade e a agressão”¹⁹. No processo de inserção no mercado capitalista, os empresários não fazem a diferença entre gênero, até certo ponto, pois é sabido que as mulheres recebem, geralmente, 30% menos do que os homens pelo mesmo serviço prestado. O importante é que o funcionário ou funcionária possa gerar lucros para a empresa. Se a mulher pode criar mais lucratividade do que o homem, este é substituído por uma trabalhadora que seja mais capaz e mais competitiva. Para a empresa, a contratação de uma pessoa ou de uma máquina não faz diferença, embora seja consenso que empresários preferem a máquina, pois esta não reclama, não faz greve nem tira férias, além de produzir muito mais em pouco tempo.

O que se pode observar na segunda década do século XXI é que se está diante do processo de empoderamento da mulher em todos os âmbitos da sociedade. Tal empoderamento proporciona efeitos positivos para as mulheres porque cruza diferentes poderes sociais: pessoal, familiar, conjugal, profissional e assim por diante. Para Bandini, no processo de empoderamento que chega também às comunidades de fé acontece algo novo:

[...] as mulheres têm que garantir a presença de suas vozes no coletivo. Portanto, na igreja, elas precisam falar para serem ouvidas. Mas para falar, elas necessitam de políticas que considerem suas necessidades específicas e que se comprometam a atrair mais mulheres a fim de fortalecê-las coletivamente. Se tais políticas não existem, o empoderamento não acontece.²⁰

O que esta afirmação permite concluir, ainda que provisoriamente, é que as mulheres precisam lutar para garantir os seus espaços políticos nas várias esferas da sociedade, inclusive nas igrejas.

¹⁹ MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Rosa do Tempo, 1992, p.191.

²⁰ BANDINI, Claudirene. Mulheres evangélicas no processo de empoderamento. In: VILHENA, Valéria Cristina. *Evangélicas: por sua voz e participação*. São Paulo: Fonte, 2015, p.117.

2.2 Fundamentos teológicos da dominação patriarcal

A ideologia do patriarcalismo tem sua origem nas sociedades antigas onde a dominação do homem sobre a mulher foi sendo construída gradativamente. Também dentro da igreja cristã, que nasceu do movimento de Jesus e que nos inícios foi um espaço de liberdade, acabou por capitular ao patriarcalismo das sociedades em que foi se constituindo como comunidades igualitárias e de fé. Segundo Musskopf e Blasi, o patriarcalismo dentro da igreja não surgiu de pronto nem por acaso:

[...] teve seu auge, durante o período da ortodoxia clássica. A negação da mulher e o seu afastamento dos espaços da liderança na Igreja já refletem a ideologia excludente da filosofia grega no cristianismo. Desde Aristóteles, patriarcado é um termo legal, respectivamente político que se refere ao domínio concreto do pater famílias sobre a casa, isto é, não somente sua família, mas também sobre os seus assalariados e escravos.²¹

Muitos autores descobriram as práticas prevalecentes nas sociedades antigas, nas quais o domínio do homem sobre a mulher se deu a partir do momento em que apareceu a propriedade privada, como explica Engels:

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa, a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os do tempo clássico, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira suprimida. O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, desde o momento em que se instalou, observamo-lo na forma intermediária da família patriarcal, que surgiu naquela ocasião.²²

Para Engels, este processo de passagem do matriarcado para o patriarcado se deu pela necessidade de que os filhos pudessem herdar os bens da família. A diferenciação entre homem e mulher foi construída pela socialização dos comportamentos determinados pela sociedade e pela educação. Desde os primeiros

²¹ MUSSKOPF, André S.; BLASI, Márcia. *Ainda feminismo e gênero: história e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo. CEBI, 2014, p.155.

²² ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987, p. 61.

anos de vida a criança foi adotando os valores que são determinados para homens e para mulheres.

A partir do momento em que nascemos, começamos a receber a influência da realidade social que condiciona nossa maneira de ver e estar no mundo, e estes valores são transmitidos e fortalecidos pela escola. O bebê aprende com as primeiras palavras que existe uma mãe e um pai, logo aprenderá que existem meninas e meninos, e esta dicotomia o terá diferenciado muito antes que ele saiba que existe a palavra pessoa, que pode aplicar-se igualmente a todas elas. Ao ingressar na escola, meninas e meninos já sabem muito bem qual é a sua identidade sexual e qual é o papel que, como tal, lhes corresponde, ainda que não tenham muito claro o alcance e o significado deste conceito assim como o de tantos outros. “A escola tem marcado uma dupla função: a formação intelectual e a formação social do indivíduo, ou seja, seu adestramento nos próprios modelos culturais”²³.

Para o processo de dominação social, a sociedade construiu uma estrutura ideológica na qual a mulher é influenciada a aceitar as condições de ser humano de segunda categoria e abrir mão do seu espaço de poder para o homem. Para Carvalho:

Por meio das dicotomias, os homens devem desenvolver comportamentos, sentimentos e características de personalidade que os tornam racionais, objetivos, não se deixem guiar pelas emoções, sejam controlados diante das dificuldades, exerçam o poder (especialmente com relação às mulheres), a competitividade, estejam voltados para a esfera pública, para fora do ambiente doméstico.²⁴

É, portanto, no processo cultural que foi construída historicamente em todas as civilizações a ideia segregacionista, isto é, o homem começou a segregar e a dominar a mulher, construindo mecanismos de controle social para garantir a reprodução do seu poder nas sociedades. Pikaza afirma:

Construíram-se cidades e torres babélicas na China e na Índia, na Mesopotâmia e no Egito, na Síria–Palestina e na Grécia–Roma, da

²³ MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina*. São Paulo: Moderna, 1999, p.17.

²⁴ CARVALHO, Marília Gomes de. A dicotomia masculino x feminino na construção do gênero e suas implicações sociais. In: COVOLAN, Nádya Terezinha; OLIVEIRA, Daniel Canavese. *Educação e Diversidade: a questão de gênero e suas múltiplas expressões*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p.17.

mesma forma que em outros lugares do planeta. Nasceram, assim, as primeiras religiões estatais, que vincularam a ordem/luta social, encabeçada por um rei, homem-guerreiro, portador e símbolo de violência legal, racional (como acontece até os dias de hoje nos Estados). Esse processo fundou uma hierarquia assimétrica: o homem dominou a mulher, o senhor dominou os vassallos, a cultura da guerra dominou a natureza.²⁵

Estes condicionamentos históricos, econômicos, políticos e culturais possibilitaram aos homens séculos de opressão sobre as mulheres. Sempre que as mulheres questionaram este modelo, foram mortas e muitas vezes presas. Em todas as religiões existiam códigos de conduta moral segundo os quais o homem poderia bater na ou até matar a mulher. Estas leis religiosas e civis ainda continuam em vigor nos dias de hoje, principalmente nas religiões que possuem estas regras nos livros escritos sagrados.

2.2.1 O poder religioso masculino

O poder religioso é um instrumento de dominação sobre fieis ou membros das igrejas. Este poder está respaldado pela hierarquia que tem o homem de Deus como uma pessoa santa que fala e age em nome de Deus. Como explica Tavares Neto:

A legitimação da dominação se dá pela obediência às prescrições legais e normas de qualquer espécie por um grupo de pessoas, como é o caso da religião, em especial a institucionalizada. O poder religioso e, no caso, evangélico consegue com grande eficiência se perpetuar, porque se legitima pelas relações de fé dos membros ao exercerem pouca resistência por causa da contribuição da teologia, já que a liderança é sempre encarada como vocacionada e escolhida por Deus.²⁶

O poder religioso, ao longo da história, criou um mecanismo de preservação, como é o caso da legislação canônica da Igreja católica e os documentos de outras tradições protestantes que fundamentaram o domínio do homem sobre a mulher e sobre outros seres humanos como negros e indígenas. Esta teologia de dominação se apropria da tradição dos livros sagrados em uma interpretação literal e conservadora para justificar a dominação masculina dentro da igreja, com

²⁵ PIKASA, Xabier. *Violência e diálogo das religiões: um projeto de paz*. São Paulo: Paulinas, 2008, p.18.

²⁶ TAVARES NETO, José Querino. Espaços privilegiados do poder religioso evangélico. In: SIEPIERSKI, Paulo; GIL, Benedito M. *Religião no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.137.

repercussões importantes em todos os âmbitos da vida social. Além das leis, todo o ensino dentro da igreja e dos seminários aponta para um condicionamento de aceitação dos grupos dominados.

As teólogas feministas têm de suspeitar da interpretação da Bíblia de forma ortodoxa, pois essa não permite um processo de releitura crítica do texto bíblico. Tal interpretação crítica da Bíblia como livro chave para a mudança do tratamento das mulheres dentro das igrejas é retratado por Mardones. Para ele a teologia feminista mostra, com razão, “o patriarcalismo subjacente a essa imagem de Deus Pai. Sem querer, faz-se de Deus Pai o homem venerável e amoroso que, no melhor dos casos, assume características correspondentes à imagem maternal, mas silencia e discrimina [...]”²⁷

O certo seria colocar Deus – Pai e Mãe – como uma imagem materna e paterna do incondicionado. A postura conservadora da interpretação do texto bíblico coloca o feminino subordinado ao masculino. Já existem vários textos de reinterpretação do ponto vista das mulheres que atendem à exigência de um Deus que não faz acepção sobre as pessoas (cf. Atos 10.34).

2.2.2 O processo histórico de dominação do homem dentro da Bíblia

No período relatado pelo Gênesis, no Antigo Testamento, sobre o chamado do povo escolhido e os seus antepassados, Abrão, Isaque e Jacó (sem esquecer homens e mulheres a quem o Senhor falava e a quem enviara os anjos), o povo de Deus viveu a experiência política do patriarcalismo (que conhecemos, em determinado estágio, na vida de outros povos) a partir da organização familiar primitiva, caracterizada pela chefia masculina autoritária, do patriarca como pai de uma família ampla, que incluía todos os dependentes. Para Cavalcante, trata-se de “uma autoridade única que se estabelece: a do patriarca, com normas que a todos obriga, em lealdade e fidelidade pessoal”²⁸.

No Antigo Testamento, somente algumas mulheres como as profetizas conquistaram um espaço religioso para expressar a mensagem de Deus para povo. A maioria das mulheres vivia uma situação de humilhação e opressão. Durante as

²⁷ MARDONES, José Maria. *A vida do símbolo*. São Paulo: Paulinas, 2006, p.188.

²⁸ CAVALCANTE, Robinson. *Cristianismo & Política: teoria bíblica e prática histórica*. Niterói, 1988, p. 26.

guerras entre as nações, as mulheres eram levadas como escravas e concubinas dos soldados vencedores. Com os seus maridos mortos, elas ficavam viúvas e muitas vezes eram obrigadas a casar várias vezes, por conta das mortes dos maridos. No Novo Testamento, temos a mulher samaritana que falou com Jesus no poço de Jacó. Ela estava no quinto marido, conforme o relato de João 4. Segundo Maringoli²⁹, a mulher teria passado por várias guerras de invasão em Samaria e em cada invasão a mulher poderia ter perdido o seu marido, possivelmente por isso que ela estava no quinto marido.

O patriarcalismo bíblico é uma prática tradicional antiga e constante nas igrejas, porém um novo vento de mudança já começa a operar em alguns ministérios trazendo a esperança de que em breve pastores e pastores possam aprender a fazer uma nova leitura da Bíblia trazendo as mulheres junto com os homens como uma unidade na construção do Reino de Deus. Este processo de transformação de um modelo exclusivista para outro mais inclusivo se dá através da educação formal e informal, cabendo à igreja assumir a responsabilidade pelo papel que desempenha na implantação da justiça de gênero. Neste sentido, as lutas das pastoras mulheres têm um papel fundamental, pois os direitos de igualdade de gênero são conquistados através do confronto com as estruturas conservadoras das instituições eclesiásticas.

2.3 Fundamentos da Teologia Feminista

A teologia feminista reconhece a importância da experiência e do contexto na formação de todas as teologias, assim como também na formação das Escrituras, da tradição e dos paradigmas de racionalidade. Para Russel, porém, quanto ao “fato de apelar para a experiência como uma autoridade na teologia, quase sempre se cria a falta de credibilidade por parte dos estabelecimentos teológicos do homem branco”³⁰. A experiência feminina daqueles e daquelas que advogam por uma mudança na sociedade afirma que ambos, mulheres e homens, são seres humanos criados a imagem de Deus para participar com Deus na construção de uma nova criação. As lutas das mulheres pela libertação estão incluídas nos grupos

²⁹ MARINGOLI, Ângela. O Deus que age nas fronteiras sociais do humano. In: VILHENA, Valéria Cristina *Evangélicas: por sua voz e participação, Gênero em Discussão*. São Paulo: Fonte, 2015, p.90.

³⁰ RUSSELL, Letty. *La autoridad en la teología feminista*. San José, Costa Rica: DEI, 1986, p.20

marginalizados e oprimidos que sofrem a dominação do opressor que pode ser um patrão ou homem que adotam os princípios e as práticas de dominação e opressão sistêmicas, como ocorre com o pobre, a viúva, o órfão, os escravos e todos que são presos por qualquer tipo de dominação e que precisam da liberdade e por isso lutam por ela. Assim se expressa Tamez:

Para os oprimidos esta libertação absoluta inaugurada na práxis e vitória do solidário servo sofredor, Jesus Cristo, tem uma urgência principal no campo sociopolítico, porém também uma abertura para o *escaton* que transcende a libertação política, e que abrange a “libertação daquilo que vicia a todos os projetos humanos (pecado) e a superação da morte”.³¹

Certamente a opressão na América latina é crua e brutal, porém por isso mesmo, as lutas populares se consolidam cada vez mais na realidade do Brasil e da América Latina e Caribe. Para Zabatiero, a “teologia se faz a partir do clamor, pois quem não consegue ouvir o clamor de quem sofre, também não consegue ouvir a Palavra que Deus fala”³². Este clamor vem dos negros, das mulheres, dos órfãos, das viúvas e do pobre que sofrem a dominação como eliminação de seu direito de ser gente, cidadão. Os vários tipos de autoridade dentro das igrejas acabam confrontando os gêneros, com prevalência da autoridade do poder masculino sobre o poder feminino. É o que se observa de modo geral: durante todos os processos históricos o que prevaleceu e ainda prevalece sobre a mulher é a dominação do homem como poder dominante.

2.3.1 *Os paradigmas da autoridade: experiência e contexto*

Quando os eruditos e as eruditas no processo de interpretação começam sua investigação teológica apelando à experiência como uma fonte da autoridade, não estão se referindo só a sua experiência pessoal. Seu enfoque inicial não são as experiências individuais, mas a percepção social que brota da sociologia do conhecimento, segundo a qual nosso conhecimento da realidade se constitui socialmente. Segundo Russell, é isto também que “leva Gustavo Gutiérrez a desenvolver a teologia da libertação latino-americana a partir da experiência dos

³¹ TAMEZ, Elsa. *La biblia de los oprimidos*. San José, Costa Rica: DEI, 1979, p.124.

³² ZABATIERO, Júlio. *Para uma Teologia Pública*. 2ª ed. São Paulo: Fonte; Vitória: Faculdade Unida, 2012, p.17.

oprimidos e das oprimidas no Peru e outros lugares da América Latina”³³. Não podemos nos dar ao luxo de fazer teologia sem a relacionarmos com existência humana. Como Rosemary Ruether³⁴ escreveu, na construção da teologia feminista se apela com maior frequência à experiência das mulheres brancas, mas ela entende que é importante estar em diálogo com mulheres negras e de diferentes classes sociais e culturas para que a teologia feminista defenda a humanidade plena para todas as mulheres.

A declaração fundamental de teólogos e teólogas feministas pela libertação é que a natureza da dependência, do ponto de vista de suas teologias, não é diferente de qualquer outra teologia. Russell afirma: “Cada teologia é a construção de pessoas particulares e comunidades de fé que confessam sua fé em Deus, com uma linguagem, uma metáfora e um padrão de pensamento apropriado a esse contexto”³⁵. Por exemplo, a posição de João Calvino foi influenciada pelo seu contexto e pelas controvérsias de Genebra e a Reforma Continental no século XVI. Karl Barth, já no início do século XX, assumiu as tarefas teológicas que surgiam de um mundo tomado pelo fascismo e a guerra. A Declaração de Barmen (1934), que reflete a posição da Igreja Confessante na Igreja Evangélica Alemã no início do nazismo, igual a outros credos na história da igreja cristã, respondia a um contexto particular. Desde esse contexto, a Declaração afirma a esperança que havia na comunidade confessional da Alemanha em um momento preciso e em um lugar específico. A teologia feminista e a teologia da libertação, por sua vez, se negam a esconder a sua vocação libertária em nome do universalismo das ideias teológicas. Por isso, as ideias religiosas que apresentam se localizam em um contexto que nos ajuda a compreender e avaliar seus posicionamentos e opções.

2.3.2 Sobre o contexto das Teologias Feministas -

Quando se faz teologia com atenção especial ao contexto, as experiências e as histórias dos diversos povos podem representar uma ameaça aos que se entendem como evangélicos. Mas na verdade elas são um convite a ampliar nossa compreensão de como se pode crer e como se vive a Palavra de Deus nas

³³ RUSSELL, 1986, p.36

³⁴ RUETHER, Rosemary Radford. *Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo: Sinodal, IEPG, 1993.

³⁵ RUSSELL, 1986, p.37.

numerosas e distintas sociedades em diferentes partes do mundo. Russell escreve que “o reconhecimento de que eu estou fazendo teologia branca feminista desde o contexto da classe média norte-americana, não limita a teologia”³⁶. Mas, se pode acrescentar, desde que se esteja consciente e se assuma esta limitação do ponto de vista em questão. A experiência que se converte em ponto de partida para as teologias feministas e de libertação é mais que os simples acontecimentos da vida diária. A vida se assume com seriedade e provê uma base cultural para o trabalho, porém é a partir da experiência das pessoas que elas passam a lutar para alcançar a plena humanidade e dignidade humana, e que refletem criticamente acerca de sua luta por justiça, liberdade e paz. Daí surgem análises críticas e novas perspectivas que apresentam outra lente através da qual se entende a mensagem do evangelho de uma nova maneira ou novo enfoque. E este novo olhar surge não sem críticas e conflitos.

2.3.3 Mudanças nos paradigmas das teologias: por uma nova concepção de autoridade

As teologias feministas, junto com as teologias de libertação, assinalam o início de uma mudança dos paradigmas que afetam todas as estruturas de autoridade na religião e na sociedade, inclusive a afirmação de que a Escritura nos chama ao consentimento da fé e da ação. Para Russell, o “paradigma da autoridade que prevalece nas religiões tanto cristã como judia, é a autoridade como dominação. Dentro deste marco, todas as perguntas sobre a autoridade se baseiam em quem é o número um dos esquemas da autoridade, de maneira que a pessoa com a posição mais alta mantenha o controle”³⁷. Porém, o paradigma feminista é libertador da autoridade na comunidade, a qual começa a adquirir credibilidade para as mulheres e homens de fé. Tal paradigma brota de um novo marco que permite uma nova forma de autoridade enriquecida em si mesma em vez de lutar por posição mais elevada.

Para substituir a ortodoxia patriarcal, algumas feministas apresentam uma proposta do ponto de vista das mulheres, conforme se pode observar nos estudos de Ivone Gebara. Ela propõe a ortopraxia de gênero

³⁶ RUSSELL, 1986, p.39.

³⁷ RUSSELL, 1986, p.40.

que é a prática da justiça social, levando-se em consideração uma justa relação de Gênero. Isto significa concretamente uma revisão da prática cristã no concreto de cada cultura e de cada grupo humano, assim como uma revisão da simbologia cristã e do exercício concreto do poder no interior das comunidades cristãs.³⁸

Esta visão concebe uma desconstrução de todo documento que foi escrito sob a ideologia do patriarcalismo, inclusive nos textos bíblicos. Neste caso, a releitura da Bíblia passa a ser considerada a partir dos óculos das mulheres teólogas que reinterpretem o texto a partir das experiências das mulheres nos vários contextos bíblicos.

O paradigma de autoridade como dominação já não tem mais sentido para as feministas. Este conjunto de crenças, valores e métodos que conforma uma perspectiva comum tende a predominar na igreja, na universidade e na maioria das investigações e nos diálogos teológicos. Russell então escreve: “Consciente ou inconscientemente, vemos a realidade de forma hierárquica ou piramidal. Na teoria feminista, este paradigma se chama patriarcado. Este significado mais amplo do patriarcado descreve toda forma de exploração, não só no sexismo”³⁹. Ela se refere à maneira como uma sociedade funciona e não simplesmente a ações particulares dos homens na sociedade. O mesmo pensamento é exposto por Gebara: “Estas hierarquias não provêm do conhecimento que temos, mas das valorações que atribuímos a esta ou a outra forma de conhecimento conforme a maneira como fomos socializadas/os”⁴⁰.

A dominação do homem sobre a mulher tem suas raízes nas referências da Bíblia que colocam o homem como patriarca da família e este tem poder de vida e morte sobre os filhos e a mulher. Souza completa: “Na casa patriarcal, os corpos femininos são considerados propriedade e devem ser vigiados por homens para manter sua pureza”⁴¹.

Com o nascente paradigma feminista que trata de encontrar novo sentido na verdade bíblica e teológica, surge outro conceito de autoridade: a autoridade do companheirismo ou autoridade comunitária. Neste sentido, a realidade é

³⁸ GEBARA, 2010, p. 30.

³⁹ RUSSELL, 1986, p. 41.

⁴⁰ GEBARA, Ivone. As epistemologias teológicas e suas consequências. In: NEUENFELDT, Elaine Gleci; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara Sandra (Orgs.). *Epistemologia, violência e sexualidade: olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2008. p. 8.

⁴¹ SOUZA, 2015, p.77.

interpretada como um círculo de interdependência. A ordem dos explorados por meio da inclusão na diversidade em um espectro do arco íris que não requer que as pessoas se sujeitem aos de cima, senão que participem na tarefa comum de criar uma comunidade interdependente na humanidade e na natureza. A autoridade se exerce na comunidade e não sobre a comunidade. Tende a reforçar a ideia de cooperação, enriquecimento pelas contribuições de uma ampla diversidade daqueles e daquelas que se tem encontrado marginalizados na igreja e na sociedade. Neste sentido, essas pessoas começam a descobrir seu próprio valor como seres humanos. Para Russell, a “autoridade como companheirismo também oferece uma perspectiva teológica que trata de descobrir um consenso mais inclusivo sobre assuntos teológicos”⁴².

Em nenhum lugar é mais evidente o toque feminista que na sua interpretação das Escrituras e da tradição, porque aí a autoridade religiosa frequentemente tem aprovado um estilo de vida hierárquico desenhado para legitimar os direitos dos pais (patriarcas) em vez dos direitos humanos. Para Russell, estas “novas interpretações da tradição quase sempre são emocionantes e oferecem novas perspectivas para viver fielmente a vida cristã, porém geram ira e medo naquelas pessoas que encontram segurança na antiga casa de autoridade”⁴³. Temos, por exemplo, a decisão que tomou a Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos que, em 1984, excluiu as mulheres da liderança pastoral com base na ordem da autoridade (Deus, Cristo, o homem, a mulher).⁴⁴ Deus exige a submissão da mulher porque o homem foi o primeiro na criação e a mulher foi a primeira a cair no Éden (1Timóteo 2.11-14), conforme esta visão patriarcal. “As mulheres não só podem não ser ordenadas, senão que além do mais tem sido condenadas por Deus à subordinação permanente por ser as principais responsáveis do pecado”⁴⁵, conclui Russell.

É em vista dessa tradição patriarcal que a teologia feminista surge como uma forma de “revolucionar a casa” ou reconstruí-la com novos fundamentos mais igualitários. Como Jesus no Templo revolucionou a sua casa, não se deseja destruir a casa da autoridade. Ao contrário, as teólogas querem reconstruí-la, porém, como

⁴² RUSSELL, 1986, p.43.

⁴³ RUSSELL, 1986, p.69.

⁴⁴ PEREIRA, José dos Reis. *História dos batistas no Brasil: 1882 - 2001*. 3. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: JUERP, 2001

⁴⁵ RUSSELL, 1986, p.70.

uma nova casa em que autoridade do amor e o cuidado de Deus sejam evidentes para homens e mulheres que estão fora. Ocorre que para realizar esta mudança, é necessário encontrar maneiras de sobreviver na casa do amo junto com aqueles que pensam segundo o paradigma de dominação. Para a igreja cristã em geral, um meio importante para sobreviver é ter clareza acerca da forma em que foi levantada a antiga casa de tradição teológica. É o caso da Assembleia de Deus do Amapá, que tem seus fundamentos na tradição teológica fundamentalista, na qual a dominação do homem sobre a mulher se faz presente em todas as ações da igreja. Diante desse desafio, seguem alguns passos que as teólogas feministas recomendam:

a) Análise crítica desta situação: Temos muitos recursos para analisar porque tanto a teologia moderna quanto a filosofia desde algum tempo vêm se ocupando em repensar essas relações de gênero. No mundo atual, teólogas e teólogos têm procurado manter o projeto de reflexão teológica fazendo confrontações através de perguntas diferentes diante das respostas herdadas da tradição. Russell escreve sobre “a crítica detalhada do método teológico clássico que fala de uma teologia em termos de casa de autoridade e que busca fazer o que chama de arqueologia da antiga casa”⁴⁶.

b) Ferramentas para a reconstrução

A primeira ferramenta que devemos usar para tratar de viver como se a casa da liberdade estivera ao alcance da mão de nossa vida é começar onde estamos e tomar uma posição a favor da liberdade de nossas irmãs, irmãos e de nós mesmos (Gálatas 5.1; Efésios 6.13-16). A segunda ferramenta para o redescobrimento e a reconstrução da tradição teológica é escutar as pessoas pelo seu reverso. Segundo Lucas 4.18-19, o evangelho é uma boa notícia para os pobres e para aquelas pessoas que estão marginalizadas da sociedade, como as mulheres. A terceira ferramenta para reconstruir a casa de autoridade é a de trabalhar desde o outro extremo. A ação profética de Jesus quando limpou a casa de Deus pode nos ajudar. A metáfora “Casa de Liberdade” é uma imagem escatológica. Busca demonstrar que cada dia de nossa vida pode ser vivido de forma nova segundo o paradigma do companheirismo (João 15.15; Marcos 10.42-44).

⁴⁶ RUSSELL, 1986, p.75.

c) A casa de autoridade necessita ser reconstruída sobre uma base cristã firme, como a casa sobre a rocha, conforme a parábola de Jesus em Mateus 7.24-27. Certamente necessitamos começar com uma análise crítica e logo juntar outras contribuições como de Rosemary Ruether e suas colegas. Porém, como uma revolução da casa, ela não quer derrubar a tradição bíblica da igreja como fonte da vida, mas antes construir uma nova casa de autoridade usando as ferramentas do amo a serviço dos e das que estão fora da casa. Este novo uso da ferramenta permitirá redescobrir e reconstruir nossa teologia, embora sigamos sobrevivendo na antiga casa.

Em nossa peregrinação para uma nova fronteira, Cristo não tem encontrado um lugar para habitar, um lugar onde descansar. O único que encontramos para guiarmos em nosso caminho é a autoridade da promessa de Deus da nova casa (Mateus 8.20). Por esta razão algumas intérpretes feministas utilizam a ferramenta de trabalho teológico desde o outro extremo na busca de um lugar para chegar à casa. Seguem dois exemplos:

d) Buscando um lugar: Em seus escritos sobre a hermenêutica feminista, Elizabeth Schüssler-Fiorenza argumenta que a autoridade, para provocar consentimento, deve surgir da experiência da luta e das mulheres (de toda pessoa oprimida) buscando libertar-se da opressão patriarcal. Schüssler-Fiorenza está em desacordo com o método utilizado por Ruether que correlaciona a tradição profética messiânica com a busca feminista da dignidade humana para as mulheres e com seu método, que correlaciona a promessa de restaurar a criação com a busca feminista da integridade humana e o companheirismo de toda a criação⁴⁷.

e) Restauração da criação: Em relação à esperança escatológica, Krister Stendahl afirmou que a teologia estava preocupada pela inquietação de Deus que, cada manhã quando se levanta, se pergunta pela restauração da criação. Comenta Russell: “A imagem em si mesma chama atenção porque estimula não só a promessa bíblica no rumo do seu cumprimento, mas também a imagem feminista de Deus como aquele ou aquela que se preocupa o suficiente pela criação como para restaurá-la”⁴⁸.

⁴⁷ RUSSELL, 1986, p.81.

⁴⁸ RUSSELL, 1986, p. 85.

2.3.4 Compartilhando a autoridade na casa e transformando as relações nela

Um dos conceitos que vamos descobrindo nesta discussão é a expressão “casa de liberdade” como metáfora para a autoridade como companheirismo. Cabe, portanto, neste trabalho falar do cuidado com a casa. Certamente se tem falado muito do descuido que há na casa da escravidão. No entanto, a experiência do toque feminista que convém às perguntas das feministas no que tange à questão da autoridade nos adverte que o “paradigma patriarcal da autoridade como dominação controla as mentes, requer muita limpeza da casa para que a igreja possa pôr em prática no seu chamado como signo escatológico e instrumento da casa de Deus”⁴⁹.

Por isso, no que segue abordaremos a maneira da relação dentro da casa:

a) Paternalismo e autonomia – Quando nos perguntamos como é esta compreensão da autoridade na comunidade onde se expressa a vivência cristã de hoje, encontramos que o modelo usual da autoridade sobre a comunidade ou sobre a congregação ocorre da forma tradicional. Russell escreve: “Sem muito esforço, podemos descobrir que as igrejas todavia carregam uma grande quantidade de equipamento proveniente de uma compreensão patriarcal da autoridade conformada com o mundo social do Antigo Oriente Próximo, em lugar de adaptar o paradigma do companheirismo que Jesus nos mostra em sua própria crítica da hierarquia e em sua solidariedade com os excluídos da sociedade”.⁵⁰

Nas Igrejas das Assembleias de Deus do Amapá é uma prática corrente o modelo tradicional de autoridade que começa nas relações da igreja e continua nas relações familiares.

b) Vínculo relacional – Analisando as relações de autoridade que têm sido desenvolvidas na história da igreja se descreve a autoridade como um vínculo relacional que leva as pessoas a consentir sem coação ou persuasão porque encontram a segurança que necessitam na força real ou imaginária de outros ou de outras. Segundo Russell, é preciso ver e analisar como o patriarcado muda e continua presente em nossas igrejas e na sociedade de forma ilegítima através do paternalismo sem autonomia, eliminando assim as relações de companheirismo mais maduras. “Analisando as relações de família, a autoridade da dominação

⁴⁹ RUSSELL, 1986, p.105.

⁵⁰ RUSSELL, 1986, p.108.

segue legitimando muitas formas de brutalidade psicológica e física”⁵¹, escreve a autora.

c) A autoridade nas congregações – Conforme esta análise, parece evidente que o paternalismo é um padrão de autoridade predominante nas congregações da Assembleia de Deus no Amapá. O paternalismo pode ser uma autoridade de falso amor que aproveita sua legitimidade religiosa para dominar através de uma relação de dependência. Para Russell, é esta situação que “permite ao clero e outros e outras líderes da igreja continuar usando do vocabulário e das imagens das tradições patriarcais como fundamentos para esta autoridade [...]”⁵²

Nesse sentido, ressalta a concepção do companheirismo na casa. O companheirismo é uma autoridade de liberdade que se vale da necessidade da solidariedade e cuidado que tem com as pessoas para empoderar por meio de relações recíprocas. Esta não é única alternativa em vista da autoridade paternalista e autônoma da autoridade. Ainda assim, conforme Russell, “parece-nos que os vínculos de consentimento baseado no companheirismo respondem mais às ações de Deus e seu companheiro de liberdade com a humanidade e as ações de Jesus que buscam restaurar a integridade humana”⁵³. A título de exemplos, seguem alguns tipos de mudança na casa, a partir das descrições de Russell:

1) Fortalecimento do companheirismo – Em um novo enfoque de relacionamento há um compromisso contínuo e uma luta comum na interação com um contexto comunitário mais amplo. Estas relações se dão como um dom. Sabemos que é mais provável que cresça o compromisso onde há responsabilidade, vulnerabilidade, igualdade e confiança entre aqueles e aquelas que compartilham uma diversidade de dons. Russell escreve que “as relações de companheiro são relações vivas que compartilham o caráter já, porém ainda não, da nova casa de Deus”⁵⁴.

2) Mudando a estrutura – Muitas pessoas estão preocupadas em como desenvolver estruturas alternativas de autoridade que vão mais além das que se pode observar hoje nas igrejas, com as formas patriarcais de dominação. Embora vivamos em meio a estas formas de relacionamento, podemos fazer uso dos conhecimentos das ciências sociais para ajudar a mudar estas formas e para que as

⁵¹ RUSSELL, 1986, p.109.

⁵² RUSSELL, 1986, p.110.

⁵³ RUSSELL, 1986,p.111.

⁵⁴ RUSSELL, 1986,p.112.

peças encontrem espaço em novas casas com liberdade. Russell afirma que continuamos a “viver no contexto atual, porém desde a perspectiva de uma nova realidade com alternativa futura”⁵⁵.

3) Repensando a casa – Esta é a chave mais importante para encontrar nosso caminho para uma nova metáfora de relacionamento de autoridade em comunidade. A chave não é uma fórmula de igualdade da matemática, porque as relações de autoridade e poder mudam constantemente dentro das interações humanas. Para Russell, tal chave “é o fundamento da autoridade que se constitui de baixo para cima em vez de cima para baixo”⁵⁶. É no processo de construção coletiva que novas relações são criadas e desenvolvidas para serem aplicadas entre homens, mulheres, jovens e idosos. Como escreve Daniéli B. Krob: “Homens e mulheres, jovens e idosos, precisam antes compreender a dinâmica opressiva e violenta das relações que estão baseadas no sistema patriarcal para então poder construir novos modelos de relações onde todas as pessoas gozam de vida plena”⁵⁷.

⁵⁵ RUSSELL, 1986,113

⁵⁶ RUSSELL, 1986, p 116.

⁵⁷ KROB, Daniéli Busanello. *Violência doméstica contra as mulheres e ações de enfrentamento de igrejas: Um estudo de caso*. Tese de doutorado. São Leopoldo: EST, 2017, p.130.

3 GÊNERO E ORDENAÇÃO DE MULHERES AO MINISTÉRIO DAS IGREJAS

3.1 Sobre a categoria de análise “Gênero” e a realidade das mulheres

A categoria de análise “gênero” emerge de todo movimento feminista. Ela foi criada ao final da década de 1970 por um grupo de pesquisadoras feministas da Inglaterra⁵⁸. Por que ela é tão revolucionária? Porque deixa claro que a discriminação vivida pelas mulheres não é um problema exclusivo das mulheres ou advindo de uma incapacidade natural, mas resultado das relações sociais entre os sexos construídas ao longo da história⁵⁹.

Para Tedeschi e Colling, “as críticas feministas denunciam que os direitos humanos e cidadania apresentam-se como universais e na verdade seus destinatários eram os homens e o espaço público”⁶⁰. Deste modo, falar de direitos humanos ou de cidadania implica na tentativa de incluir os sujeitos que foram subsumidos pelo discurso universalista.

Discutir direitos humanos, cidadania, gênero e subjetividade implica assim desenvolver sujeitos constituídos e naturalizados pelos discursos hegemônicos. A noção de sujeito que tem prevalecido advém da filosofia de Platão reforçada na modernidade por Descartes. Ela se baseia em uma noção humanista de ser humano com características essenciais e colocadas na base da construção da sociedade. Segundo Colling e Tedeschi, “a teoria feminista tem se empenhado em viabilizar e fazer ouvir as vozes das mulheres que foram historicamente silenciadas pelo discurso da homogeneidade e da igualdade”⁶¹.

Atualmente, quando se aborda o tema da pós-cidadania, isto nada mais é do que a tentativa de incluir os sujeitos que foram subsumidos pelo discurso universalista, transformando-o num tema mais igualitário e inclusivo, politicamente pluralista. Somente poderemos nos referir à cidadania plena das mulheres quando

⁵⁸ CARREIRA, Denise. *Igualdade de gênero no mundo do trabalho: projetos brasileiros que fazem a diferença*. São Paulo: Cortez, 2004, p.15.

⁵⁹ CARREIRA, 2004, p. 15.

⁶⁰ COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Sirley Lizon. Cidadania, Gênero e subjetividade. In: *Educação Popular, Democracia e Direitos Humanos*. Ijuí: Ed. Unijuí 2015, p.158.

⁶¹ COLLING; TEDESCHI, 2015, p.158.

for erradicada a mais radical e cruel desigualdade de gênero, que é a violência contra as mulheres.

Em nenhum lugar é tão evidente a assimetria nos respectivos direitos e obrigações de homens e mulheres como nos modelos sobre o uso do tempo diferenciado em relação ao trabalho; a diferença por gênero determina de maneira fundamental essa assimetria em relação a oportunidades, restrições e incentivos econômicos para homens e mulheres. Segundo a publicação *Nuevos Enfoques Económicos*, “o que determina a capacidade de mulheres e homens para designar tempo de trabalho de uma atividade econômica produtiva é sua diferente capacidade, flexibilidade e mobilidade para responder aos estímulos econômicos”⁶². As mulheres são catalogadas como economicamente inativas, as quais se supõem estão disponíveis para mudar suas tarefas por atividades economicamente mais produtivas em resposta aos sinais do mercado. Por isso, estão de fato bem empregadas e longe de estar desocupadas em termos econômicos.

Para Vilhena, a questão de gênero vai mais além do que estar presente nos dicionários como um conceito. Ela afirma:

O conceito de gênero não está limitado ao que encontramos nos dicionários mais comuns como classificação, tipo ou grupo de espécie, por exemplo. Entretanto, quando abordamos as questões de gênero o fazemos como uma categoria analítica que compõe os estudos feministas contemporâneos, questões estas que podem ser tanto da esfera econômica do mundo do trabalho, como a diferença salarial entre homens e mulheres, como também diz respeito a ser mulher de baixa representatividade das mulheres na política, a dupla ou tripla jornada de trabalho dessas mulheres.⁶³

Como se observa, os conceitos existentes nos dicionários não acompanham a evolução do conceito como categoria de análise para a perspectiva feminista. Blasi afirma que “gênero designa diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas ao fato de ser mulher ou homem como as relações e interações sociais entre mulheres e homens.”⁶⁴ Trata-se de categoria de análise que facilita a visibilidade das desigualdades de gênero. Estas desigualdades se

⁶² NUEVOS ENFOQUES ECONÓMICOS: Contribuciones al debate sobre género y economía. San José, Costa Rica: Editora Thera van Osch, 1996, p. 326.

⁶³ VILLHENA, Valeria Cristina. Violência de Gênero, evangélicos (a)políticos e os direitos humanos. In: VILHENA, 2015, p.18.

⁶⁴ BLASI, Márcia. *Caderno Justiça de Gênero e Diaconia Transformadora*. São Leopoldo: Faculdades EST, 2016, p.14.

manifestam em várias dimensões da vida das mulheres e dos homens. As desigualdades podem acontecer no aspecto econômico, social, político, teológico e eclesial. Ao longo da história percebem-se estas injustiças contra as mulheres nos mais diversos âmbitos da vida, desde a doméstica até a eclesial ou civil.

No campo da educação, o gênero é ensinado sobre como o homem e a mulher deve ser em uma determinada cultura e sociedade. As mulheres nas escolas recebem os conteúdos que são ensinados para condicionar uma relação de poder e dominação, muitas proporcionadas por professoras mulheres que reproduzem a ideologia patriarcal. Muitos destes conteúdos são racistas como afirma Moreno: “A discriminação da mulher começa muito cedo, no momento do nascimento ou mesmo antes. Quando meninas e meninos chegam à escola, já tem interiorizado a maioria dos padrões de conduta discriminatória”⁶⁵. Para as crianças negras em escolas mistas a pressão é muito grande por parte das crianças brancas. Sousa menciona que é triste que ainda existam professores que identificam os alunos pela cor da pele. “Seria, segundo essa concepção, uma forma diferenciada – a moreninha, a branquinha, a pretinha, muitas vezes até de forma brincalhona e inconsciente”⁶⁶.

Na economia, o trabalho da mulher na casa sempre foi considerado invisível, embora a mulher exerça uma atividade importante para a sociedade e que demanda energia, senso de organização e planejamento para realizar. Os indicadores econômicos não contabilizam como produção de riqueza o trabalho doméstico. Este volume de serviços que é realizado é como se não existisse. Mas a mulher não valorizada ao desenvolver o seu trabalho em sua casa é tornada invisível. Se tivesse que contratar uma pessoa para fazer o serviço doméstico teria que pagar um salário. Este valor que não é incorporado na economia nacional nem calculado no Produto Interno Bruto (PIB), o que constitui um erro de avaliação imperdoável, até mesmo do ponto de vista estritamente técnico. Ocorre que o trabalho doméstico é naturalizado como se fosse parte da condição de existência e não como uma atividade produtiva. Segundo *Nuevos Enfoques Económicos*:

O problema de invisibilidade é especialmente relevante com respeito às demandas que incrementam o trabalho não remunerado que efetuam as mulheres em sua casa, para reproduzir e manter os

⁶⁵ MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina*. São Paulo: Moderna, 1999, p.30.

⁶⁶ SOUSA, Ivaldo da Silva. *As relações étnico-raciais em sala de aula*. Minas Gerais: Virtual Books, 2013, p.54.

recursos humanos. Ignorar as implicações que tem as mudanças macroeconômicas para os insumos da mão de obra não remunerada na casa equivale a supor que a capacidade das mulheres para assumir mais e mais trabalho é infinitamente elástica capaz de compensar qualquer falta de renda e recursos requeridos para a produção e manutenção dos recursos humanos.⁶⁷

Esta ausência criada pelos órgãos de pesquisa econômica tem desvalorizado o trabalho da mulher como fonte de produção de riqueza para uma nação. O Ministério da Fazenda não observa este trabalho como fruto da produção das mulheres e que isto custa valor em termos monetários.

A produção de riqueza pela mulher vai mais além do que o seu local de trabalho, pois a mulher possui várias jornadas de trabalho, algumas remuneradas, outras não, como o seu trabalho na casa e na igreja, pelos quais quase sempre não recebe retribuição, sabendo-se que consome energia para realizar estes serviços. Dolores Comas Argemir escreve que “Marx considera o processo produtivo e de reprodução de forma unitária e entende claramente que a reprodução tem lugar tanto no processo de trabalho como foram dele”⁶⁸. Vai mais além, a reprodução transcende o âmbito econômico, pois intervém nos elementos históricos e moral que obriga a considerar a lógica social global em que se efetua a produção e reprodução do capital.

No campo do mercado de trabalho a situação da mulher negra é muito mais difícil do que das mulheres brancas, principalmente quando se trata de grupos de pobreza. Silva afirma que:

[...] a discriminação de raça e gênero produz efeitos imbricados, ainda que, diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social.⁶⁹

A distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero dos indivíduos. O mercado de trabalho é segregacionista

⁶⁷ BLACKDEN, C. Mark; HUGHES, Elizabeth Morris. El paradigma postergado: Género y ajuste económico en el África Subsahariana. In: NUEVOS ENFOQUES ECONÓMICOS. San José, Costa Rica: Editora Thera van Osch, 1996, p. 354.

⁶⁸ ARGEMIR, Dolores Comas. *Trabajo, género, cultura*. Barcelona: Icaria ICA, 1995, p.25.

⁶⁹ SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini. *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida*. Brasília: Ipea, 2013, p.108.

separando as pessoas segundo os interesses da maioria da população. Se a maioria da população aceita uma mulher morena como colaboradora (vendedora) no processo de seleção vai usar este critério para facilitar as vendas. Se uma mulher negra prejudica a aproximação com os clientes, os empresários preferem as morenas ou brancas. Porém, estes critérios são contra a legislação brasileira que proíbe a discriminação de raça e gênero. Mas o empresário sempre encontra uma maneira de burlar a lei. Além do fato de existirem estereótipos como o que a negra é uma pessoa desonesta ou bandida, pelo fato dessas pessoas morarem nas favelas.

Ainda assim, alguns dados chamam a atenção:

As mulheres em seu conjunto, tiveram a maior taxa de crescimento nas faixas superiores de escolaridade, sendo que as mulheres negras acompanharam esse perfil de crescimento feminino. Entretanto, ao se observar o valor atingido pelas negras em 2009 nota-se que só agora em 2013, estas atingiram, nas faixas mais elevadas valores próximos àqueles que as brancas tinham em 1995. As desvantagens das mulheres negras em relação às brancas eram tão elevados no ponto de partida.⁷⁰

Percebe-se que a mulher negra tem uma diferença no tempo para alcançar as vantagens das mulheres brancas. A diferença de salários e níveis escolares garante a desigualdade entre mulheres brancas e negras. O índice de escolaridade das mulheres brancas é muito maior do que o índice de escolaridade das mulheres negras. A mulher com uma boa formação educacional tem acesso e oportunidade no mercado a um emprego com maior remuneração. No caso, a mulher branca tem acesso às universidades permitindo maiores salários e melhores níveis de renda. O próprio mercado é discriminador, ele afasta as mulheres negras do emprego, primeiramente pela *cor* negra e, em segundo lugar, por ser *mulher* negra. Na hierarquia social, a mulher negra está colocada no último nível, junto às mulheres indígenas.

As mulheres negras possuem uma escolaridade muito baixa e, por isso, elas só podem escolher empregos que renumeram com um salário menor. As mulheres provenientes das classes pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à

⁷⁰ LIMA, Marcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana Mazzini. *Dossiê mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013, p.62.

produção da indústria, quando não se submetem à prostituição para garantir a sobrevivência sua e da prole, enquanto as mulheres de classe média, devido a maiores oportunidades educacionais, dirigem-se para prestação de serviços, para áreas administrativas ou da educação e saúde⁷¹. Os salários e as oportunidades estão vinculados ao grau de formação educacional.

No campo teológico, a desigualdade entre mulheres e homens ocorre com ênfase na Igreja católica Apostólica Romana. A ordenação de homem ao cargo de diáconos e presbítero está relacionada com o sacramento de ordem. Este sacramento é uma base doutrinal da igreja. Mesmo tendo a sua justificativa nos textos de Novo Testamento, alguns estudos seculares argumentam que a ideia do celibato estar ligada a questão das propriedades da Igreja católica. Estas posições dizem que o presbítero sendo solteiro não teria como abrir processos na justiça civil contra a igreja. Porém, no caso de um presbítero casado, os filhos poderiam entrar na justiça para receber pensão alimentícia e no caso de morte reivindicação a partilha dos bens da igreja.

A Igreja Católica é radicalmente contra a ordenação de mulher a cargos eclesiais, seja como diaconisa ou presbítera. Segundo Terra: “Para a Igreja católica a ordenação de mulheres é uma questão teológica que não pode ser solucionada com argumentos empíricos psicológicos e sociológicos”⁷². Os intelectuais da Igreja Católica argumentam que não existe no texto bíblico suporte bíblico para ordenar mulher para o cargo de diaconisa e presbítera. Como observam os teólogos católicos que dominam as instâncias do Magistério que tem o controle dos dogmas e são considerados defensores das doutrinas canônicas da Igreja Católica, existem espaços dentro da igreja nos quais as mulheres poderiam desenvolver seus trabalhos, por exemplo, dentro do ministério das congregações religiosas onde elas trabalham como consagradas para a evangelização e os cuidados dos pobres.

Para Santagada, a vida religiosa está presente na igreja para expressar de modo mais pleno a identificação com o batismo. A mulher, que assume a profissão dos votos religiosos, “deve querer desenvolver em si mesma e em sua comunidade

⁷¹ LIMA, FRANÇA, 2013, p.56

⁷² TERRA, J.E.M. A mulher na igreja. São Paulo, *Revista da Cultura Bíblica*, São Paulo, Loyola, 1990. p. 10.

o vínculo com Jesus oriundo do batismo”⁷³. As congregações de mulheres religiosas foram criadas desde a Idade Média para atender uma reivindicação da mulher. Na verdade, os homens que dominam o poder eclesiástico dentro da Igreja Católica são contra a inclusão da mulher como diaconisa e presbítera alegando vários argumentos que muito estão ligados à tradição. Terra afirma que alguns teólogos quiseram demonstrar que tudo aquilo que no Novo Testamento e na tradição parece impedir à mulher o ingresso na ordem presbiteral é simplesmente devido às condições ambientais que não teriam permitido uma posição diversa⁷⁴. Embora em vários grupos protestantes e evangélicos as mulheres tenham assumido cargos eclesiásticos, existem muitos grupos conservadores que impedem a entrada das mulheres no poder eclesiástico. Mas as mulheres têm desenvolvido uma luta eclesiástica para derrubar estes preconceitos contra elas. E sem dúvida, vem conquistando espaços importantes nas últimas décadas.

No campo da política, as mulheres que militam no movimento feminista têm alcançado muitas vitórias. As mulheres tiveram o direito de votar e ser votadas a partir de 1934 no Brasil. Segundo Matos e Nunes: “O governo Vargas criou o código eleitoral que estabelece o voto secreto, limite para ser eleitor de 21 para 18 anos, e o direito de voto para as mulheres”⁷⁵. Elas continuaram lutando pelo seu espaço na política sindical e partidária para avançar na conquista dos seus direitos políticos.

Assim, pode-se afirmar que a questão de gênero atravessa várias dimensões da sociedade brasileira e internacional. O movimento feminista na última década recorreu a vários processos de financiamento. Nos anos 1980, o movimento foi ajudado pelos sindicatos que procuraram financiar suas atividades com recursos financeiros da associação. Nos anos 1990, organismos internacionais como a ONU e ONGs feministas têm ajudado e financiado várias atividades do movimento feminista no Brasil. Para a pesquisadora Mirla Cirne, até os anos 2000 importantes apoios vinham da ONU, do Banco Mundial, mas as pessoas tinham dificuldade de acessar outras fontes e lugares⁷⁶. De certa forma, esta aproximação com os organismos internacionais criou uma dependência financeira. Depois que as fontes

⁷³ SANTAGADA, Osvaldo D.A. mulher consagrada no limiar do Novo Milênio. In: TERRA, J.E.M.A. mulher na igreja. São Paulo: *Revista da Cultura Bíblica*, São Paulo, Loyola, 1990. p. 110.

⁷⁴ TERRA, 1990, p.10.

⁷⁵ MATOS, Clarence Jose de; NUNES, Cesar A. *Historia do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, 1994, 157.

⁷⁶ CIRNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014, p.221.

de financiamento cessaram com as ajudas, as mulheres ficaram em uma situação difícil para desenvolver as suas políticas de avanço na sociedade brasileira. A partir deste momento, porém, os movimentos feministas começaram a pensar em uma forma de criar recursos financeiros próprios. Na primeira década dos anos 2000, uma nova situação favoreceu os movimentos com a aliança estabelecida com o governo Lula, que cumpriu promessa de campanha instituindo uma Secretaria Nacional de Mulheres e reservando para esta secretaria uma mulher com *status* de ministra. Esta aliança rendeu alguns avanços para os movimentos que conseguiram recursos para organizar os comitês de mulheres em todo Brasil e desenvolver as secretarias de governo ligadas à luta pelos direitos da mulher com atividades nacionais. Mas uma das principais conquistas em relação à violência contra as mulheres foi a homologação da Lei Maria da Penha.

No campo do direito, foram aprovadas várias leis que garantem a integridade e a dignidade da mulher. Para Blasi, porém, “a lei aprovada em 07 de agosto de 2006, chamada Lei Maria da Penha número 11.340, foi um avanço muito grande contra a violência a mulher”⁷⁷. A violência doméstica, como se sabe, é praticada pelos homens em todo Brasil e tem sido responsável pela morte de muitas mulheres. Mesmo com esta lei, no entanto, os noticiários continuam anunciando ataques e a morte de milhares de mulheres pelos seus maridos ou companheiros. Esta situação precisa parar e para isto é necessário um processo de desconstrução da violência neste país. São vários fatores que levam à violência doméstica e um deles é a falta de uma política de segurança para as mulheres. Outro fator está relacionado à cultura machista da violência que protege os homens agressores. Para enfrentar esta situação, é necessário um processo de educação para a paz e para uma convivência pacífica, amorosa e de respeito entre homens e mulheres.

Segundo Lira e Zwetsch, a violência doméstica ocorre nas seguintes condições:

I – no ambiente da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoa, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor

⁷⁷ BLASI, 2016, p.17

convive ou tenha convivido com o ofendido, independentemente de coabitação.⁷⁸

Percebe-se que os locais onde geralmente ocorre a violência contra a mulher são bem conhecidos. Embora sejam locais de grande afetividade e pretensa segurança, pois nelas convivem pessoas que são parentes entre si, como maridos, filhos e avós, é nestes locais de relações de cumplicidade que os atos de agressão são realizados com bastante frequência. A igreja e a sociedade precisam criar formas de intervir nesta guerra do homem contra a mulher. Nas igrejas, em particular, é preciso desenvolver um sistema de aconselhamento que possa educar os homens para relações de companheirismo.

Quanto aos direitos das mulheres, Medina escreve: “A origem do conceito de direito reprodutivos nasceu do marco das Nações Unidas e da Organização Mundial da Saúde, na Conferência de Teerã, de 1968 e na definição de Bucareste (Conferência sobre a População de 1974), nas quais se determina como um direito fundamental tanto dos casais como dos indivíduos”⁷⁹. Os direitos sexuais são direitos universais baseados na liberdade, dignidade e igualdade inerente a todos os seres humanos. Por exemplo, nenhuma mulher pode fazer sexo sem querer. Ela tem o direito de recusar caso não esteja com vontade de relacionar-se sexualmente, mesmo com o marido. É o direito de liberdade de consciência que foi defendido durante a Reforma protestante e está baseada no princípio da liberdade cristã e no mandamento do amor.

No mundo moderno houve um importante processo de evolução do direito da mulher quanto ao uso do anticoncepcional. Segundo Angelin e Cervi, quanto ao direito de reprodução da vida, “[...] as mulheres resistiram a esta imposição no decorrer da história e com a contribuição dos movimentos feministas, inclusive no que se refere ao direito de poderem decidir sobre os corpos, [...] um] marco importante, [foi] a pílula anticoncepcional”⁸⁰. Esta imposição da sociedade sobre a mulher levou a questionar a sua autonomia quanto ao uso ou não do

⁷⁸ LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de; ZWETSCH, Roberto E. Acolhimento às mulheres negras para a superação das cadeias religiosas: um desafio ao feminismo. In: MUSSKOPF, André S; BLASI, Márcia. *Ainda feminismo e gênero*. São Leopoldo: EST, 2014, p.175.

⁷⁹ MEDINA, Eduarda Campaña. *As igrejas e os direitos sexuais e reprodutivos*. São Leopoldo: CLAI, 2014, p.17.

⁸⁰ ANGELIN, Rosângela; CERVI, Taciana Marconatto Damo. A Complexidade do direito à vida e à dignidade da pessoa humana diante do abortamento e da antecipação do parto em decorrência de anencefalia. In: MADERS, Angelina Maria; ANGELIN, Rosângela (Orgs.). *Direitos humanos e sociais*. Santo Ângelo: URI, 2012, p.97.

anticoncepcional. A mulher tem o direito de escolher se quer ficar grávida ou não. Esta autonomia em relação ao seu corpo garante a liberdade de escolha da mulher que está prevista na Constituição brasileira.

Todas estas conquistas das mulheres contra a desigualdade de gênero e a desigualdade social cominam com a quebra do patriarcado, que define a mulher como propriedade do homem, princípio cultural que vem desde as sociedades antigas e continua hoje como elemento cultural mantido pela propriedade privada do corpo que teve seu início com a escravidão e atualmente continua fazendo parte da cultura capitalista que transforma as pessoas em mercadoria que pode ser comprada e vendida.

Esta violência que se abate sobre a mulher em várias dimensões do seu corpo contribui para a desumanização deste ser humano reduzido a um objeto de mercado para atender as necessidades de pessoas que têm dinheiro para comprar. A desconstrução destes valores negativos passa necessariamente pela educação, por meio da qual crianças aprendem as formas de comportamento humano e de respeito a outra pessoa. Há a necessidade de uma política de valorização da nova masculinidade diante das mudanças que ocorrem na vida da mulher. Os homens precisam ser educados para as novas realidades no sentido de se adequarem as novas relações de gênero.

Para Adilson Schultz, que vem realizando pesquisas sobre as novas masculinidades, há “muitos homens interessados, descontentes, inquietos, aparentemente esperando um chamado mais organizado para sair do seu mundo marcado por estruturas de dominação e inaugurar outra vida”⁸¹. Tudo passa pelo processo de desconstrução da cultura da violência que pode ser aprendida e ensinada nas escolas, mas também por um movimento de homens que pode construir uma nova masculinidade.

No campo das igrejas pentecostais, principalmente os grupos mais conservadores e fundamentalistas, encontra-se a ideia de que teorias contemporâneas de gênero são contra a mensagem bíblica e descontrolam o modelo divino de sexualidade deixado por Deus e Jesus Cristo. Segundo Baptista,

⁸¹ SCHULTZ, Adilson. A ausência de Deus no mundo masculino. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Deus na sociedade plural: fé, símbolos, narrativas*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 312.

Essa ideologia é também conhecida como ausência de sexo. Esse conceito ignora a natureza e os fatos biológicos, alegando que o ser humano nasce sexualmente neutro. Os ideólogos afirmam que os gêneros – masculino e feminino – são construções históricas – culturais impostas pela sociedade.⁸²

Observa-se que o escritor conhece os fatos históricos e culturais, mas tem uma posição contrária baseada nos seus conhecimentos bíblicos. Toda a argumentação, segundo o autor, está nas novas teorias sociais que nascem nos laboratórios de ciências sociais das principais universidades do mundo. A preocupação da Assembleia de Deus do Brasil, nesse sentido, é o crescimento da participação das mulheres nos espaços da sociedade secular e a inclusão dos setores marginalizados no acesso aos direitos humanos. Desta forma, os papéis que as mulheres estão assumindo dentro da sociedade como lideranças nos espaços de poder também repercute dentro da igreja e dentro da casa.

Hoje, muitas mulheres são chefes de família dentro da casa e são elas que garantem o sustento da família, por vezes incluindo o marido. São mulheres que estão adquirindo poder na sociedade. Estes ideólogos bíblicos como acima citado parecem mais preocupados com a perda do poder dos homens nos espaços da igreja e da sociedade para garantir do domínio patriarcal dos homens sobre as mulheres. Um exemplo pode ser encontrado na escola dominical: é um espaço que serve muito bem para defender as ideologias dos homens; os setores conservadores aproveitam ainda para disseminar suas posições e garantir os seus espaços de poder que colaboram para manter as lideranças da igreja nas mãos dos homens. O fato pode ser interpretado como uma revanche contra os avanços das mulheres nas conquistas de seus direitos como ser humano.

A revista oficial da CPAD, *Lições bíblicas*, questiona as trocas de papéis e alerta aos irmãos da igreja para esta teoria nefasta que está invadindo a igreja. Baptista escreve: “A ideologia de gênero propaga que os papéis dos homens e das mulheres foram socialmente construídos e que tais padrões devem ser desconstruídos”⁸³. Segundo ele, a consequência dessa ideologia é que a determinação do sexo de uma pessoa agora é definida pelo fator psicológico, bastando ao homem ou à mulher aceitarem-se noutro papel. Para ele, essa é uma apologia da prática do homossexualismo e do lesbianismo, que as Escrituras

⁸² BAPTISTA, Douglas. *Lições Bíblicas*. Rio de Janeiro: CPAD, 2018, p.12.

⁸³ BAPTISTA, 2018, p.13.

sempre confrontaram como uma tendência humana que inverte os papéis humanos naturais (Romanos 1.25-32; Efésios 5.22-33).

Do ponto de vista da Bíblia, principalmente no Antigo Testamento, Levítico 20.13 afirma que a relação entre homem com o homem é considerada abominável aos olhos de Deus. Quanto a esta afirmação, a maioria dos biblistas é favorável, porém quando se trata no Novo Testamento é preciso fazer uma exegese mais acurada para justificar a posição de Paulo contra os homossexuais e, principalmente, sobre a questão de fundo contra as mulheres e o poder.

Durante séculos os homens mantiveram o domínio em todas as esferas da sociedade e as mulheres foram ensinadas a ficarem no seu canto, submissas às ideias e comportamentos dos homens. Porém, as mulheres acordaram e mudaram as ideias dos homens, assumindo as suas próprias ideias e comportamentos, criando novas formas de relacionamento entre mulheres e homens. Elas passaram a não aceitar a violência contra elas, sobretudo, a violência justificada teologicamente. Esta ideologia masculina está, pois, com os dias contados e é preciso os homens mudar suas ideias e comportamento para o novo momento. Como escreve Schultz, “o homem violento se aprende a ser, e também se desaprende”⁸⁴. É nesse sentido que emerge a necessidade de introduzir a educação de gênero nas escolas para mudanças de comportamento dos meninos em relação às meninas a fim de criar novos homens que sigam a cultura da paz.

3.2 Bases teológicas para a ordenação de mulheres

Neste tópico faremos uma breve apresentação para observar a evolução da ordenação de mulheres, desde o ponto de vista da Bíblia até as concepções teológicas de várias igrejas cristãs na atualidade.

3.2.1 Ordenação de ministro

No Novo Testamento encontramos termos técnicos para descrever a admissão ao ofício ministerial. Além disso, ofício e função são tão parecidos que é

⁸⁴ SCHULTZ, 2013, p.302.

melhor falar de aquisição da função ministerial. Evidenciam-se três métodos na Bíblia para dita aquisição, segundo Harrison⁸⁵:

- a) Primeiro: está afirmado em João 15.16 e em Gálatas 1.1 que os cristãos recebem seus ministérios através de Jesus Cristo. Não se indica que teve alguma cerimônia. O incidente registrado em Atos 13 onde não é a ordenação de Paulo, senão a comissão dada aos dois homens escolhidos de antemão.
- b) Segundo: as listas de dons espirituais em 1 Coríntios 12 e Romanos 12 indicam que os membros da igreja estavam capacitados para diferentes tarefas sem que se dera alguma cerimônia ou chamado especial. Também no caso de Estevão e sua casa (1 Coríntios 16.15-16), consta que ele assumiu voluntariamente certas responsabilidades. Pelo menos em algumas comunidades, os primeiros convertidos estiveram ativos como liderança na igreja. Clemente de Roma (1 Clemente 42) confirma a função dos primeiros frutos, porém, sua afirmação de uma ordenação sistemática destes convertidos pelos apóstolos vai mais além da evidência do Novo Testamento
- c) Terceiro: sete diáconos (Atos 6.6, 1 Timóteo 4.14 e 2 Timóteo 1.6) foram admitidos na função ministerial pela cerimônia pública, cujos elementos principais foram a oração e a imposição das mãos. Com referência aos sete, é duvidoso que se queira dizer algo mais do que o reconhecimento da autoridade, porém, a linguagem usada no caso de Timóteo indica a unção do poder espiritual. Através da imposição de mãos, ele recebeu um carisma que pode cair em desuso. Harrison insiste que a chave para entender a ordenação no Novo Testamento está em reconhecer o tipo de ordenação feita aos escribas pelos mestres, na qual a imposição das mãos não só indicava o reconhecimento da autoridade, mas também o dom de sabedoria. O rito foi tomado pelas comunidades cristãs para denotar o mesmo reconhecimento em relação com o ministro da palavra. Do ponto de vista de Harrison, o rito expressava o equilíbrio com o qual os anciãos eram os únicos oficiais judeus que eram ordenados no tempo do Novo Testamento.

⁸⁵ HARRISON, Everent F. *Diccionario de teología*. EUA: Libros Desafío, 1996, p.381

3.2.2 A história da ordenação de mulheres nos ministérios das igrejas

Até chegar à ordenação para o ministério como pastoras as mulheres percorreram um longo caminho, pois se trata de um espaço de poder que historicamente foi construído pela ideologia patriarcal das igrejas como se fosse propriedade dos homens. E neste sentido é necessário mostrar como isto aconteceu na história das mulheres.

a) As funções religiosas da mulher no Antigo Testamento

No período do Antigo Testamento, faz-se referência às funções de profetiza e juíza. A primeira profetiza foi Miriã, irmã de Moisés, como está escrito em Êxodo 15.20. Em Juízes 4.4 há a narrativa sobre Débora como profetiza e juíza de Israel, uma mulher de extraordinária liderança. Sabe-se que o ministério profético era uma das funções religiosas mais importantes no antigo pacto. Mas também o sacerdócio, uma vez que o sacerdote entrava no templo diante da presença de Deus da parte do povo. O povo falava a Deus por meio do sacerdote, porém Deus falava ao povo por meio dos profetas. O profeta vestia o manto de autoridade divina mais que o sacerdote. É interessante notar que no Antigo Testamento praticamente não se nomeiam sacerdotisas, mas várias profetizas exerceram seu ministério durante um longo período.

Os profetas tinham autoridade para nomear reis, denunciar suas maldades e pronunciar a sua destituição (Saul e Davi, por exemplo), como escreve Bilezikian:

Uma porção extensa dos documentos bíblicos se compõe das mensagens de autoridade dos profetas. Só um profeta podia apresentar-se e declarar: Assim diz o Senhor. Quanto às estatísticas da maioria dos profetas do antigo pacto eram homens, mas a Bíblia faz menção de várias profetizas e as descreve exercendo a autoridade religiosa como Miriam, Débora e Hulda.⁸⁶

Embora algumas mulheres se destacassem como profetizas, outras eram discriminadas, segundo Maldonado. A mulher era vista pela sociedade judaica como um ser de segunda categoria como explicou o historiador Josefo citado por Maldonado:

O historiador Josefo, judeu do primeiro século, descreve tanto os direitos como os deveres religiosos das mulheres que eram limitados.

⁸⁶ BILEZIKIAN, Gilbert. *El lugar de la mujer en la Iglesia y la familia*. Buenos Aires: 1995, p. 67.

Só podiam entrar no templo ao átrio dos gentis e das mulheres. Havia rabinos que sustentavam que a mulher não devia ensinar a lei. As escolas, onde se ensinava a lei e também a ler e escrever, eram exclusivamente para homens. Só algumas filhas de famílias ricas se lhes permitia estudar. Nas sinagogas havia separação entre homens e mulheres. No culto, a mulher só escutava, estava proibida de ensinar. Em casa, a mulher não podia abençoar a comida. Em geral, a mulher na cultura judia estava segregada a um segundo plano, igual às mulheres das culturas vizinhas.⁸⁷

As experiências das mulheres no Antigo Testamento na função de profetisas não anularam o sofrimento das outras em suas casas, no templo e na sinagoga. Este processo de segregação das mulheres continua no Novo Testamento, apesar da atitude diferenciada de Jesus. Daí se pode entender por que muitas mulheres foram engajadas na divulgação do evangelho e, por consequência, na fundação e organização das igrejas. A função de profetiza continuou, portanto, existindo nas igrejas nascentes, onde as mulheres exerciam o papel de falar o que Deus queria com seu povo. Martin Volkmann afirma que o “Novo Testamento apresenta-nos argumentos suficientes para justificar a ordenação de mulheres: Jesus valorizava a mulher e tinha mulheres como discípulos (Jo 4; Lc 8.1-3)”⁸⁸. Nas narrativas dos evangelhos Jesus sempre colocou a mulher com dignidade e com capacidade para dirigir igrejas.

b) A função da mulher no Novo Testamento

Vale a pena conferir este papel relevante das mulheres no movimento de Jesus e nas primeiras comunidades cristãs. Como afirma Bilezikian, a transcendência da função profética no Novo Testamento é semelhante à do Antigo Testamento:

A função profética esta dotada da mais alta atribuição de autoridade, já que se diz que a igreja está levantada sobre os fundamentos que são os apóstolos e os profetas (Ef.2.20). Concluimos que as mulheres debaixo da sanção apostólica tinham acesso aos níveis mais altos do ministério da igreja primitiva e que da mesma maneira, as mulheres da igreja moderna deveriam ter acesso aos ministérios equivalentes hoje em dia.⁸⁹

⁸⁷ MALDONADO, Jorge E. *Fundamentos Bíblicos, Teológicos del Matrimonio y la familia*. Buenos Aires: Nueva Creación, 1995, p.16.

⁸⁸ VOLKMANN, Martin. Teologia Prática e o ministério da igreja. In: SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph; ZWETSCH, Roberto E. (Orgs.). *Teologia prática no contexto da América Latina*. 3ª ed. revista e ampliada. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2011, p. 88.

⁸⁹ BILEZIKIAN, 1995, p.139.

Além da função de profetizas, também é de se considerar o cargo de diaconisa, como explica Maldonado: “Não se faz alusão da situação doméstica de algumas mulheres como Febe, a diaconisa de Cencréia, quem recebe a honra da saudação na carta aos Romanos no capítulo 16”⁹⁰. Como a igreja inicialmente estava organizada nas casas, as mulheres organizavam o espaço doméstico para as reuniões das comunidades cristãs. Para Marga J. Ströher, essas “mulheres organizaram e lideraram comunidades em suas casas”⁹¹. Quando os cristãos foram expulsos das sinagogas e do templo, o único espaço que existia eram as casas de suas famílias, que se tornaram o espaço privilegiado do encontro, da pregação e da comunhão. Foi nas casas que iniciaram as igrejas dirigidas por muitas mulheres.

c) As funções religiosas na Idade Média

Muito tempo depois, já na Idade Média, a Igreja Católica vai adotar um sistema onde as mulheres serão segregadas do poder eclesiástico, algo que já começara bem cedo, por volta do segundo século. A elas cabiam cargos sem muita expressão. O direito canônico da Igreja Católica vai determinar a ordenação de diáconos, presbíteros e bispos somente para homens. A teóloga Elisabeth Schüssler-Fiorenza escreve:

Segundo o Código do Direito Canônico, apenas os ordenados podem receber jurisdição, isto é, o poder de tomar decisões e são oficialmente autorizados a exercer o poder sacramental. As mulheres são, portanto, relegadas por lei a tarefas subservientes, a papéis auxiliares e tem um status secundário no ministério.⁹²

Constata-se, assim, o fechamento do acesso ao ministério importante da igreja a partir de uma decisão conciliar tomada pelos bispos da Igreja Católica. Mesmo com a segregação das mulheres aos cargos importantes da Igreja Romana, as mulheres continuaram com a função de profetizas e assumindo os cuidados dos pobres, principalmente na área da saúde. É desta forma que aparecem as Beguinhas da Idade média. Estas mulheres pregavam as Boas Novas, mesmo sabendo que existia a proibição da Igreja para este ministério. A teóloga Rute S. Almeida descreve as atividades destas mulheres que pregavam a palavra de Deus para os pobres nesta época:

⁹⁰ MALDONADO, 1995, p. 24.

⁹¹ STRÖHER, Marga J. *A igreja na casa dela*. São Leopoldo: IEPG/EST, 1996, p. 17.

⁹² SCHÜSSLER-FIORENZA, Elisabeth. *Discipulado de Iguais: uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 325.

Como pastoras desse rebanho de pobres e enfermos, também ensinavam e, em protesto contra os desmandos e monopólio clerical da pregação, ousaram pregar publicamente. As beguinhas amavam as virtudes, tais como humildade, penitência, fé, castidade, evangelização, comunhão com Deus e amor ao próximo. Para elas era impossível amar ao próximo sem lhe pregar o evangelho, sem lhe apresentar as boas novas de Cristo.⁹³

As mulheres assumiram a responsabilidade de ajudar os pobres nas obras assistenciais e de saúde, além de levar o Evangelho para estes pobres esquecidos muitas vezes pelas elites eclesiásticas. Foram então criadas as congregações femininas para desenvolver o trabalho religioso para aquelas mulheres que queriam dedicar a sua vida para o Reino de Deus. As congregações femininas tiveram um papel fundamental nos serviços das paróquias e nas igrejas, tanto no passado como ainda hoje, pois a maior parte dos serviços das igrejas é realizada pelas mulheres.

d) As funções religiosas das mulheres na Reforma protestante

Durante os questionamentos de Lutero sobre os sacramentos, depois de examinar amplamente o tema ficaram apenas dois sacramentos: a Ceia e o Batismo. O sacramento de ordem foi abolido. Segundo André S. Musskopf,

Lutero fundamenta a proposta da reforma eclesiástica no sacerdócio geral de toda pessoa crente. A partir desse princípio não existe mais distinção entre clero e leigos/as, mas todos/as são iguais, com o mesmo direito e as mesmas responsabilidades no que tange à igreja e diante de Deus.⁹⁴

Nesta posição de Lutero, abre-se o precedente para incorporar as mulheres no ministério pastoral, porque todos são sacerdotes. Todas as pessoas cristãs são sacerdotes e todos os sacerdotes são cristãos. A questão da necessidade de ministras para igreja pode ser justificada neste debate sobre a ordenação de mulheres. Segundo Musskopf:

Lutero abre a possibilidade para o exercício do Ministério Eclesiástico por mulheres em caso de necessidade. Nesta situação, ele busca a base para o direito das mulheres desempenharem funções ministeriais no sacerdócio geral de toda pessoa crente. Assim, quando discute as funções dos ministros na igreja em “Como instituir ministros” afirma Lutero que inclusive as mulheres são sacerdotes sem tonsura ou marca episcopal [...] por isso também as mulheres

⁹³ ALMEIDA, Rute Salviano. *Uma voz feminina calada pela inquisição*. São Paulo: Hagnos, 2011, p.139.

⁹⁴ MUSSKOPF, André Sidnei. *Talar rosa: homossexualismo e o ministério na Igreja*. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 151.

exercem o legítimo sacerdócio quando batizam, ou ainda também as mulheres podem batizar e ministrar a palavra da vida, por meio da qual o pecado é tirado, a morte eterna afastada, o príncipe do mundo expulso.⁹⁵

Nesta situação tão importante para garantir o espaço da mulher no ministério pastoral, Lutero deu uma pequena contribuição para abrir uma janela dentro da Igreja de Cristo, questionando o homem cristão que se pautava numa leitura do texto bíblico para fechar a oportunidade à mulher e garantir o sistema de dominação eclesiástica patriarcal. Esta contribuição de Lutero ajudou a sociedade europeia a mudar a sua mentalidade, especialmente no sentido de democratizar o espaço de poder nas igrejas. As teólogas Claudete Beise Ulrich e Heloísa Dalferth afirmam sobre a participação das mulheres no Movimento da Reforma o seguinte: “Lutero aborda entre outros temas básicas de sua teologia, os princípios de sua doutrina do sacerdócio geral de todos os crentes na qual explica a igualdade de todas as pessoas cristãs perante Deus”⁹⁶. Como explica Rute S. Almeida:

As mulheres que ficavam mudas na igreja, agora podiam, segundo Lutero, orar, cantar, dizer amém, ler em casa, exortar outras mulheres e interpretar as Escrituras e, em casos extraordinários, poderiam até mesmo pregar. Reily lamenta que, apesar de Lutero reconhecer um grande leque de ministérios femininos, limitava a pregação e o pastorado da mulher às congregações onde não houvesse ministros. Porém, o avanço na participação feminina no culto da igreja à época merece ser destacado.⁹⁷

As mulheres passaram a participar da igreja como uma possibilidade de um espaço mais democrático, porém fechado e com restrições para este momento da história da igreja.

e) A ordenação de pastoras na IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

A participação da mulher no corpo eclesiástico de poder da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil garante a inclusão da mulher nos processos de poder eclesiástico possibilitando maior democratização do ser cristão na vida da igreja. Esta conquista, no entanto, é recente, pouco mais de 30 anos. Segundo o Estatuto do Ministério com Ordenação da IECLB (março de 2010), a igreja define no artigo terceiro o seguinte:

⁹⁵ MUSSKOPF, 2005, p.158.

⁹⁶ ULRICH, Claudete Beise; DALFERTH, Heloisa Gralow. *Mulheres no movimento da Reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 2017, p. 6.

⁹⁷ ALMEIDA, Rute Salviano. *Uma voz feminina na Reforma*. São Paulo: Hagnos, 2010, p.59.

O Conselho da Igreja, através de resolução, concederá às obreiras e aos obreiros habilitação para a pregação pública do evangelho e a administração dos sacramentos, condicionando-se a modalidade do exercício desta habilitação às atribuições do respectivo ministério, à distribuição de tarefas entre obreiros e obreiras e o campo de atividade ministerial, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 17.⁹⁸

Embora exista uma quantidade menor de pastoras e a maior parte de homens pastores, a igreja possibilita a participação de mulher na ordenação pastoral. Haidi Jarschel e Lori Altmann descrevem em sua pesquisa realizada em 1992 a relação de 46 pastoras contra 523 pastores na IECLB⁹⁹. Esta situação concreta mostra o caminho que as mulheres devem percorrer para garantir espaço democrático de igualdade, isto porque em uma votação a proposta da maioria vai ser vitoriosa.

f) Ordenação de pastoras na Igreja Quadrangular do Brasil

Dentro as igrejas pentecostais, a Igreja Quadrangular se destaca pela originalidade no sentido de ser a primeira igreja a ordenar mulheres para exercer o cargo de pastoras. Esta prática tornou-se uma referência para as mulheres em todo mundo, pois a pastora Aimee Sempre Macpherson, em Los Angeles, nos Estados Unidos, fundou esta igreja e nela começou a ordenação de mulher para o pastorado. Alfredo Oliva e Antônio Benatte relatam sobre este feito:

Ao que parece, desde os anos de 1930, ou mesmo antes, desde o começo do movimento, as mulheres assumiram um importante papel de poder informal nas comunidades, embora fossem excluídas dos cargos decisórios e das funções sacerdotais. Em algumas denominações, como a igreja do Evangelho Quadrangular, fundada por uma mulher, Aimee Sempre Macpherson, em Los Angeles em 1921, o número de mulheres pastoras e dirigentes é significativo. Nisso os pentecostais foram mais inclusivos que os protestantes tradicionais, a julgar pelo ataque do partido de representantes destes últimos.¹⁰⁰

Como se observa, a luta das mulheres pelo espaço religioso tem acontecido ao longo da história humana e aos poucos elas começam a avançar em todas as

⁹⁸ CENTRO DE LITERATURA DA IECLB. *Estatuto do Ministério com Ordenação (EMO)* Porto Alegre, 2010, p. 4.

⁹⁹ JARSCHER, Haidi; ALTMANN, Lori. *Um esboço do perfil da pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)*. São Paulo: Traço a Traço Editorial, 1992, p. 9.

¹⁰⁰ OLIVA, Alfredo dos Santos e BENATTE, Antônio Paulo. Um século de Pentecostes no Brasil: Algumas observações In: *100 anos de Pentecoste: Capítulos da História do Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Fonte, 2010, p. 40.

áreas, inclusive dentro do poder eclesiástico. A história da Igreja do Evangelho Quadrangular afirma as possibilidades de conquista, que embora não aconteça dentro de uma velocidade do ideal, está acontecendo e vai se firmando passo a passo. Até aqui

g) A tentativa de ordenação de mulheres da Assembleia de Deus do Brasil

A história das Convenções da Assembleia de Deus do Brasil apresenta os bastidores da luta pelo poder eclesiástico, que muitas vezes quebra a barreira da ética cristã, como no caso da Convenção Geral de 1930 sobre a decisão se a mulher poderia ocupar o cargo de pastora nas igrejas locais. A proposição foi rejeitada várias vezes pelos homens pastores com a justificativa de uma interpretação do texto bíblico literal e seguindo a cultura de dominação patriarcal. Assim, acabou deixando fora do poder aquelas que foram responsáveis pela criação de ministério no Brasil, conforme narra Pontes:

Na Convenção Geral de 1930, foi homologada a declaração sobre o ministério da mulher, que afirmava que elas tinham o direito de participar na obra evangelística e no ensino, quando necessário, mas sem exercer a função de pastora de uma igreja ou na área de ensino, salvo em casos excepcionais, conforme Mateus 12.3-8. No Jornal Mensageiro da Paz, ano I, n. 3, de 1º de fevereiro de 1931, um ano depois da convenção, foi publicado um texto de Frida Vingren com o título: Deus mobilizando suas tropas. O objetivo do artigo era convocar as assembleianas a não aceitarem passivamente a decisão imposta pela Convenção Geral.¹⁰¹

Na convocação feita pelos pastores, em sua maioria, brasileiros, foi articulado o objetivo de barrar os suecos e as mulheres do poder do ministério eclesiástico da Assembleia de Deus. Mesmo a Convenção tomando a decisão de rejeitar a participação do ministério da mulher, Frida Vingren tentou reverter este processo, porém, sem sucesso, pois a maioria dos pastores rejeitou o ministério de ordenação de mulheres na igreja. Depois, entre os anos de 1980 e 1990, foram feitas várias tentativas igualmente sem sucesso. Mesmo no ano de 2001, na Convenção de Brasília, mais uma vez a demanda foi rejeitada.

¹⁰¹ PONTES, Miquéias Machado. *Mulheres e o exercício da Liderança nas Assembleias de Deus no Brasil: uma questão ética*. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo: Faculdades EST, 2014, p.42.

h) Ordenação de mulher na Assembleia de Deus em Brasília

O início da ordenação de mulher como pastora nessa igreja começou em Brasília, em 2009, quando os pastores do Amapá saíram da Convenção estadual do Amapá (CEMEADAP) e resolveram se filiar à Convenção da Assembleia de Deus do Distrito Federal (CEADIF). Durante a Convenção, os pastores do Amapá eram a maioria e um dos pastores chamado Orley Alencar, irmão do pastor presidente da Assembleia de Deus, a pioneira do Amapá, resolveu colocar a proposta de ordenação de mulher e conseqüentemente alteração no estatuto da entidade. A proposta conseguiu a maioria dos votos e a partir deste momento passaram a ser ordenadas mulheres como pastoras nessa organização assembleiana. Foi o primeiro evento que também desencadeou outros com forte impacto no Amapá. Sena Júnior e Chagas informam o seguinte a este respeito: “A instituição possui cargos de direção e na hierarquia mulheres pastoras, as quais representam uma mudança de paradigma nas Assembleias de Deus do Brasil, depois dela, a outra convenção que possui mulheres em seus quadros de poder eclesiástico é a CEADIF de Brasília”¹⁰².

i) Ordenação de mulheres no Estado do Amapá

Após a ordenação em Brasília, a Convenção da União Fraternal das Assembleias de Deus do Amapá - UFIADAP, a partir de 17 de outubro de 2009, começou a ordenar mulheres esposas dos pastores e posteriormente foram abertas as ordenações para todas as mulheres que quisessem desempenhar o trabalho de ministra na igreja local.

Atualmente, esta Convenção já possui cerca de 676 ministras e ministros entre pastores e evangelistas. Muitas das igrejas locais estão sendo dirigidas por mulheres pastoras e o pastor presidente está aprovando os seus trabalhos, conforme se pode constatar através de respostas a questionários realizados entre as pastoras que disseram estar satisfeitas com a sua inclusão no poder eclesiástico das Assembleias de Deus do Amapá – UFIADAP. Da sua totalidade, 68,97% acham que são valorizadas pela igreja e apenas 10% acham que a igreja não valoriza¹⁰³.

¹⁰² SENA JUNIOR, Francisco Mauricio de; CHAGAS, Joezer Belo das. Breve História das igrejas evangélicas no Amapá. In: *Assembleia de Deus: Cem anos de transformações Espirituais e Sociais no Amapá*. Macapá: Editor Paulo Tarsos, 2017, p. 24.

¹⁰³ SENA JUNIOR, Francisco Mauricio de; SENA, Falbert Mauricio de; SENA, Fredison Mauricio de; SENA, Flávio Pereira. *Mudanças nos perfis das pastoras e pastores da Assembleia de Deus do Amapá – UFIADAP*. Macapá: Editor Paulo Tarso Silva Barros, 2018, p. 38.

Toda a esperança está colocada no processo de ajustamento da relação entre pastores e pastoras na hierarquia do poder eclesiástico da Assembleia de Deus do Amapá – UFIADAP. Embora o acesso das mulheres tenha acontecido de cima para baixo, as mulheres estão assumindo o seu lugar dentro do poder eclesiástico com muita seriedade e competência, criando assim relações que garantem a continuidade de sua permanência nos espaços de poder, antes só reservado aos homens. Esta nova conjuntura facilita a democratização na igreja quando as mulheres participam dando uma importante contribuição na igreja local.

É um novo tempo em que o Espírito Santo começa a trabalhar criando caminhos de justiça para as mulheres. As mulheres serão sempre um ser humano importante na obra de Deus dentro da igreja local e em outras áreas da hierarquia eclesiástica. Embora existam muitos homens contrários a esta justa conquista, também existem homens que aceitam e apoiam tais mudanças até para facilitar a justiça de gênero dentro da igreja.

4 PASTORAS NO PODER: DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS

Neste capítulo discutiremos a luta pelo poder dentro da Assembleia de Deus do Brasil e do Amapá e os desafios e consequências da ordenação de mulheres inicialmente em Brasília, Amapá e atualmente em todo Brasil, pela nova Convenção da Assembleia de Deus.

4.1 Retrospectiva histórica da luta pelo poder na Assembleia de Deus do Brasil

A origem do pentecostalismo no Brasil, na versão sueca, tem início com chegada dos dois missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg. Segundo Oliveira, foi num ambiente de avivamento espiritual que ocorreu a chamada para o Brasil. Em uma reunião de oração, o Espírito Santo fez o chamado para que ambos fossem ao Pará¹⁰⁴. Na mesma ocasião, o Espírito disse a Berg que se casaria com uma moça jovem chamada Strandberg. O encontro de Daniel Berg se deu na época em que juntos foram a uma biblioteca para consultar os mapas e verificaram que o lugar mencionado na profecia se localizava no Norte do Brasil.

Alguns escritores concebem a origem do pentecostalismo como oriundo dos Estados Unidos, quando da passagem dos missionários suecos por aquele país e onde receberam o batismo no Espírito Santo. Heerdt e outros relatam o seguinte: “Fundada nos Estado Unidos, os dois suecos introduziram no Brasil a Assembleia de Deus, uma igreja com forte ortodoxia doutrinária, tendo a Bíblia, entendida em sentido literal, como a única regra de fé e da prática”¹⁰⁵. Outros autores que confirmam esta tese são Waldo Cesar e Richard Shaul que afirmam: “Com a diferença de apenas um ano, independente uma da outra, surgiram as primeiras igrejas pentecostais no Brasil, ambas originárias de movimentos de santidade que irromperam nos Estado Unidos no início do século”¹⁰⁶. Para Adilson Schultz, a Assembleia de Deus teve seu início com a chegada dos missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg a Belém do Pará, em 1911, dois jovens suecos que haviam

¹⁰⁴ OLIVEIRA, José de. *Breve História do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2012, p. 64.

¹⁰⁵ HEERDT, Mauri Luiz, BESEN, Jose Artulino, COPPI, Paulo De. *O Universo Religioso*. Mundo e Missão. São Paulo, 2005, p.154.

¹⁰⁶ CESAR, Waldo e SHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.19.

migrado para os EUA em 1903 em busca de trabalho, fugindo de um país em profunda depressão econômica¹⁰⁷.

Os dois missionários suecos participaram da Igreja Batista de Belém do Pará, mas foram expulsos ao revelarem a ação do Espírito Santo no falar em línguas. Segundo Monteiro, “o grupo era de 17 pessoas que saíram da Igreja Batista, em vista de que lá elas não poderiam aceitar o revestimento do poder do Espírito Santo para os nossos dias”¹⁰⁸.

Gedeon F. de Alencar divide a história da Assembleia de Deus no Brasil em quatro períodos que vai da origem até a institucionalização da Igreja. Estes períodos ajudam a compreender os momentos históricos do movimento assembleiano¹⁰⁹. A divisão da história da Assembleia de Deus em fases ou períodos, no entanto, é meramente didática, uma vez que vamos considerar a teoria das ondas do pentecostalismo. Assim, na primeira onda estão as Igrejas Congregação Cristã do Brasil (1910) e a Assembleia de Deus (1911). Nesta proposta de divisão vale mais o título que identifica o período do que as datas propriamente ditas, porque os processos sociais apenas culminam numa determinada data, mas tem causas anteriores, como Alencar justifica corretamente¹¹⁰. Ele então escreve: “São as seguintes fases: Fase de Implantação, Fase de Institucionalização, Oficialização da denominação”¹¹¹. Seguem as características históricas de cada fase:

a) Fase de Implantação (1911-1930)

Nasce de uma dissidência, é exclusivista, estabelece a ruptura com uma instituição eclesial anterior, forma-se da adesão voluntária de pessoas com uma mensagem “fundada na continuidade da revelação e interpretação teológica literal das Escrituras, incentiva a formação de líderes espontâneos e carismáticos”¹¹². Explicando melhor, a divisão ocorre na Igreja Batista de Belém do Pará, onde os missionários congregavam. Sua nova proposta ou forma de culto, diferente do

¹⁰⁷ SCHULTZ, Adilson. *Deus está presente – O diabo está no meio: o protestantismo e as estruturas teológicas do imaginário religioso brasileiro*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: IEPG/EST, 2005, p. 102.

¹⁰⁸ MONTEIRO, Josué. *Origem das Assembleias de Deus*. Rio de Janeiro: CPAD, 2001, p. 62.

¹⁰⁹ ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010, p. 24.

¹¹⁰ ALENCAR, 2010, p. 47.

¹¹¹ ALENCAR, 2010, p. 47; também para o que segue, p. 47ss.

¹¹² ALENCAR, 2010, p. 49.

modelo batista, provocou sua expulsão da igreja, de modo que junto com eles saem algumas pessoas que tinham sido batizadas com o Espírito Santo.

b) Segunda Fase: a institucionalização (1930-1946)

Com a primeira Convenção Nacional realizada em 1930, vitoriosa para uns e fracassada para outros, é que começa o processo de institucionalização da Igreja Assembleia de Deus no Brasil e a consequente luta pelo poder. Ainda na crise de identidade por desconhecer se era ou seria uma das seguintes alternativas:

1. Igreja pentecostal sueca no Brasil;
2. Igreja pentecostal brasileira dirigida por suecos;
3. Igreja pentecostal dirigida por brasileiros e influenciada por suecos;
4. Igreja pentecostal dirigida por brasileiros e influenciada por norte-americanos.

Igrejas contrárias ao seu surgimento, como a Católica Romana e as protestantes históricas, têm uma tradição pela qual pautam sua vida institucional, tendem a zelar por esta tradição, ainda que, para outros, é justamente este apego que as atrapalha. Mas qual seria a tradição pentecostal assembleiana? Até este momento nenhuma, pois é uma igreja em formação que vai surgindo de um movimento carismático espontâneo¹¹³.

c) Terceira Fase: oficialização da denominação (1946 em diante)

Com o registro da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD) em março de 1940 tem-se o início da oficialização da igreja. Mas é só em 1946 que a CPAD é registrada estatutariamente, agora com uma palavra oficial brasileira, pois é na oitava Convenção Geral realizada na cidade do Recife, em 1946, que a CPAD foi reconhecida como órgão oficial da igreja. Em 1947, um brasileiro assumiu pela segunda vez (em 1937, Paulo Macalão que foi presidente) o cargo de presidente da Convenção, até agora nas mãos dos suecos. Mas somente a partir de 1953, os brasileiros assumiram definitivamente essa função¹¹⁴. É a partir dessa época, portanto, que a AD se divide em ministérios, mesmo que a semente do divisionismo tenha se proliferado desde a década de 1920. Com essa decisão começa uma luta fratricida pelo poder político e financeiro nessa igreja, não apenas enquanto local e

¹¹³ ALENCAR, 2010, p.50.

¹¹⁴ ALENCAR, 2010, p.51.

espaço de reunião e vivência da fé pentecostal, mas, sobretudo, uma luta ideológica entre os pentecostalismos e a pentecostalidade fundante.

d) Fase contemporânea (especialmente anos 2000 em diante)

Em sua análise, Alencar observa que as ADs, na atualidade, “possuem mega templos em diversas capitais, especialmente as igrejas sedes de ministérios, e eles são mastodontes arquitetônicos construídos à imagem e semelhança dos egos dos seus líderes”¹¹⁵. As sedes, como subproduto do capitalismo liberal, impõem a concentração de renda em um caixa único para o qual as congregações e subcongregações, compulsoriamente, devem enviar toda a receita obtida por ofertas dos membros nos cultos. Hoje estas igrejas se comportam como grande supermercado onde vendem os serviços simbólicos da religião. A análise exigiria mais aprofundamento neste caso, o que escapa ao propósito deste trabalho¹¹⁶.

4.2 Propostas para ordenar mulher como pastora pela Convenção geral da AD no Brasil

Em algumas oportunidades foram apresentadas propostas para consagrar mulheres como pastoras na história recente da AD, mas foram sistematicamente rejeitadas nas convenções. Para a pesquisadora Marina Correa, a questão da ordenação de mulheres como pastoras contou historicamente com a reprovação dos pastores coronéis. Segundo ela, esta questão já “foi fortemente debatida na Convenção nacional de 1930. Porém, por determinação dos pastores coronéis assembleianos, as mulheres foram votos vencidos naquela convenção e nas seguintes”¹¹⁷. Outro pesquisador da história da AD, Daniel Silas, ao reproduzir este debate nos Anais das Convenções, informa o seguinte sobre um evento de 1983:

No dia 23, à tarde, foi aprovado por unanimidade o parecer do Conselho de Doutrina a respeito da separação de mulheres para o ministério. O texto aprovado é o que segue: A mulher cristã, quando separada para o trabalho missionário, pode portar documento comprovatório como missionária, mas não como ministro do

¹¹⁵ ALENCAR, Gedeon Freire. *Matriz Pentecostal Brasileira*. Rio de Janeiro: Diálogos, 2013, p.18.

¹¹⁶ Para um estudo crítico de um caso referente ao neopentecostalismo, cf. CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado*. Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. 2 ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio; São Bernardo do Campo: UESP, 1999.

¹¹⁷ CORREA, Marina. *Assembleia de Deus: Ministérios, Carisma e exercício do Poder*. São Paulo: Fonte, 2013, p. 240.

Evangelho, seja como evangelista ou como pastor, isso porque não concordamos com qualquer tipo de consagração de mulheres, por não encontrarmos base bíblica para isso.¹¹⁸

Como se pode verificar, esta disputa vem de longe e sempre voltou a ser debatida entre os pastores da AD, a favor e contra a ordenação de mulheres para o ministério pastoral dentro da Assembleia de Deus do Brasil. Esta decisão ocorreu em 1983 quando esta proposta foi colocada pela primeira vez para deliberação. Anos depois, durante a Convenção que aconteceu em Brasília em 2011, como informa Daniel Silas, o tema voltou com renovado interesse para as mulheres assembleianas: “Um dos temas mais esperados foi o que tratou da aceitação do pastorado para mulheres. A votação foi rápida e fulminante, sendo rejeitada por maioria esmagadora de votos. Dos cerca de 2500 ministros presentes à sessão, apenas três foram favoráveis à ordenação de pastoras”¹¹⁹.

Nesse rápido retrospecto se pode concluir que a questão tem gerado bastante debate e controvérsia dentro da Convenção Geral da Assembleia de Deus do Brasil. Pode-se imaginar que, devido à presença massiva e extraordinária das mulheres no trabalho da igreja, mesmo em frentes missionárias, existe uma demanda por parte delas de acederem ao ministério pastoral. Pode-se mesmo considerar que os argumentos contrários por parte dos pastores que tomam as decisões não as têm convencido e por isto persistem em sua luta por assumir o ministério pleno na igreja. De qualquer forma, nas duas tentativas para separar mulheres para o pastorado, elas foram rejeitadas pela maioria dos pastores em uma posição fechada baseada em argumentos bíblicos, que de resto são discutíveis. Em prol da clareza bíblica, não existe apenas uma tradição na Escritura a respeito das mulheres, seja no Primeiro, seja no Segundo Testamento. Basta verificar o protagonismo de muitas mulheres na história bíblica e mesmo na missão da igreja primitiva, como abordado acima. Um dos textos mais contundentes a esse respeito se encontra em Romanos 16. Nesse importante capítulo de finalização de sua carta à comunidade cristã de Roma, Paulo menciona mais de dez nomes de mulheres que exerceram importante liderança nas igrejas.

¹¹⁸ SILAS, Daniel. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 491.

¹¹⁹ SILAS, 2004, p. 491.

4.3 As divisões como luta pelo poder na AD do Brasil

As divisões já fazem parte da cultura das igrejas evangélicas e mesmo da história cristã. Desconsiderando a divisão entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente no século XI, um segundo momento de divisão ocorre com o movimento da Reforma Protestante na Europa no século XVI, a partir da qual surgem novas igrejas com suas teologias e formas de culto. Estas tradições evangélicas chegam à América Latina através das igrejas que se foram constituindo nesses territórios com uma cultura eurocêntrica civilizatória que visava a libertar os latinos da escuridão com a luz do evangelho. Estas tradições procuravam reproduzir o modelo de sociedade e de igreja dos países desenvolvidos.

Para Sena Júnior, no caso das igrejas pentecostais no Brasil, um dos “aspectos que revela esta luta pelo poder entre os líderes, são as razões de muitos conflitos. Algumas das acusações se situam em nível de culto ou liturgia, em aspectos como práticas pentecostais, algo que se considera como uma heresia”¹²⁰. Ocorre que também entre e dentro das Igrejas Pentecostais há muitas divisões e estas têm relação com uma teologia e doutrina associada à existência de um poder único, uma centralização no poder do pastor presidente do ministério. Pelo que se pode perceber, esta centralização se baseia na concepção religiosa do mundo espiritual teocrático, inspirado em uma leitura bíblica de viés teocrático. Como analisa Claudia Silva, embora “divisões sejam sempre racionalizadas a partir da fidelidade ou não à sua doutrina, em regra geral se originam nos conflitos causados pela disputa de poder por parte de grupos internos”¹²¹.

Dentro da Convenção da CGADB também ocorreram várias separações ou divisões, muitas devido a disputas de poder, outras por diferentes motivos, mas sempre seguindo a dinâmica central das divisões institucionais como aquelas que se relacionam ao exercício do poder, às doutrinas, ao uso e usufruto do dinheiro, e a outros interesses bem humanos. Como escreve o pesquisador Daniel, que narra a retirada do Ministério de Madureira e sua decisão de seguir caminho próprio e abandonar as orientações da Convenção mãe das ADs:

¹²⁰ SENA JÚNIOR, Francisco Mauricio de. *Estudio explorativo sobre las Configuraciones socio-religiosas de los conflictos en la Iglesia Centro Americana de Turrialba, sus consecuencias y tendencias*. San José, Costa Rica: UNELA, 1998, p. 125.

¹²¹ SILVA, Claudia Neves da. Ação Social das Igrejas pentecostais: a prática para além da oração. In: OLIVA, Alfredo dos Santos e BENATTE, Antonio Paulo. *100 anos de Pentecostes*. São Paulo: Fonte, 2010, p. 411.

Em 5 de setembro de 1989, a Convenção geral, sob a presidência do pastor José Wellington Bezerra da Costa, líder da AD no Belenzinho, São Paulo, que havia assumido a Convenção devido ao falecimento do pastor Alcebíades Vasconcelos, realizou sua primeira Assembleia Geral Extraordinária. Esse encontro convencional marca o início de uma nova fase na história da CGADB e é marcada pela saída do Ministério de Madureira da Convenção Geral.¹²²

A principal decisão aprovada pelo plenário nesse dia foi o desligamento do Ministério de Madureira da CGADB. Ela foi o resultado de uma série de atitudes que o Ministério de Madureira havia tomado recentemente, implicando no desrespeito à determinação da Convenção Geral. Assumindo o poder após a morte do presidente anterior, José Wellington Bezerra da Costa foi eleito na Convenção Geral, fazendo uso de várias manobras para permanecer no poder por décadas. Esta atitude sempre foi questionada pelas outras tradições cristãs. Sobre este caso particular, afirma o professor Rudolf von Sinner: “Uma pessoa que está no comando da convenção há quase 25 anos, que já colocou familiares em outros cargos e está instalando uma dinastia, num espaço que era para ser democrático e onde, de fato, outrora se revezavam os ocupantes do cargo regularmente”¹²³.

A propósito, como escreveu Correa sobre as disputas entre pastores e os ministérios da AD:

[...] esses pastores, em nome do religioso, transformam a paisagem de suas igrejas em um campo de batalha na sua estrutura de comando. O que era pouco divulgado no passado, talvez até por ausência de uma mídia mais imediatista, atualmente está claro, já que os próprios pastores fazem desses eventos belicosos a tônica de seus discursos em seus programas televisivos.¹²⁴

Mesmo sobre a permanência de José Wellington Bezerra da Costa no poder e na direção da CGADB durante 27 anos, trata-se de avaliar o que significa que ele agora tenha deixado o cargo em 2017, mas colocando o seu filho como presidente da Convenção Geral, dando continuidade ao poder eclesiástico dentro de sua família. Esta falta de democracia dentro da Convenção colaborou para as várias divisões, fazendo com que grupos grandes saíssem de dentro da CGADB e

¹²² DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembleia de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD., 2004, p.525.

¹²³ SINNER, Rudolf von. Igrejas e democracia no Brasil: Por uma teologia pública cidadã. In: ROSA, Wanderley Pereira e RIBEIRO, Oswaldo Luiz. *Religião e Sociedade*. Santo André: Editora Unida, 2014, p. 246.

¹²⁴ CORREA, Marina. 2013, p.246.

criassem outras convenções estaduais e nacionais. De uma forma direta e sem deixar dúvida, para Alencar todas estas crises, “luta e divisões no AD do Brasil foram lutas de poder”¹²⁵. O poder eclesiástico – da forma como tem sido exercido – é uma erva daninha que permanece dentro da igreja como o fermento dos fariseus.

4.4 Retrospectiva histórica da luta pelo poder na Assembleia de Deus no Amapá

Para o início das atividades religiosas da Assembleia de Deus do Pará no Estado do Amapá no início do século XX, foi enviado para Macapá o pastor Clímaco Bueno Aza, que ficou como responsável pela evangelização nas regiões das ilhas na foz do Rio Amazonas. Segundo Rodrigues: “Poucas pessoas se aperceberam que em 26 de junho de 1916 chegava aqui um colportor, com malas cheias de Bíblias, folhetos e Evangelhos que logo a Igreja Católica mandou prender e queimar as Bíblias na rua central de Macapá”¹²⁶. Para Rodrigues, esta ação de perseguição não impediu que os trabalhos continuassem e em 27 de junho de 1917, foi fundada a Assembleia de Deus, quando várias pessoas aceitaram a Jesus como salvador.

Esta situação de perseguição é citada por Pimentel que afirma o seguinte: “Em 1913, o religioso (Padre Júlio Maria Lombaerd) decidiu convocar a população para a queima de material protestante trazido por Clímaco Bueno Aza, que inicia a presença da igreja Assembleia de Deus em Macapá”¹²⁷. Mas o padre não conseguiu repetir o feito quando Bueno Aza volta à cidade em sua segunda viagem, desta vez com reforços de salvo conduto do chefe da polícia de Belém.

Como narra Rodrigues: “Era uma quarta feira e naquele culto, em uma casa simples da cidade, o poder de Deus foi derramado”¹²⁸. O evangelista José de Matos que veio com esta função foi muito perseguido, mas não desistiu do seu trabalho e a igreja continuou suas atividades para fazer a vontade do Salvador no Amapá. Para Rodrigues, o privilégio de ser o estabelecedor do pentecostalismo em Macapá não

¹²⁵ ALENCAR, Gedeon Freire. *Protestantismo tupiniquim: hipóteses da (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. São Paulo: Arte Editorial, 2005, p.59.

¹²⁶ RODRIGUES, Besaluel. *História da Assembleias de Deus, a pioneira do Estado do Amapá*. Amapá: Edições Amazônicas, 2007, p. 11.

¹²⁷ PIMENTEL, Walbi Silva. *A igreja dos pobres: resistências eclesiais no norte do Brasil (1966-1983)*. Curitiba: Prisma, 2016, p.108.

¹²⁸ RODRIGUES, 2007, p. 13

foi de Clímaco B. Aza. “O trabalho deste restringiu-se a efetuar as primeiras visitas e sondagens. O mérito de estabelecer, de fato, pertence ao evangelista José de Matos, que já percorrera várias cidades anunciando o evangelho”¹²⁹.

Apesar do esforço da igreja em não entrar em confronto com a Igreja Católica, esta perseguiu como pode, usando de todas as estratégias e poder que tinha para dominar o mercado das almas nesta região. Neste sentido, a igreja crescia e aumentava trazendo ainda mais perseguição. Para Rodrigues, “o primeiro pastor fixo da igreja foi Flávio Monteiro e depois João Alves. Estes construíram a congregação de madeira e a casa pastoral”¹³⁰.

Com a indicação do pastor Ananias Gomes da Silva, o qual foi transferido para Açu, no estado do Pará, assumiu o pastor Otoniel Alves de Alencar. Segundo Rodrigues, este assumiu “o cargo no dia 28 de novembro de 1962. Com um ano de trabalho foram registrados 315 decisões, 111 batismos e 15 reconciliações”¹³¹. Com este crescimento foi preciso organizar círculo de oração, conjunto de mocidade, conjunto infantil e congregações. Como observamos, o desenvolvimento do trabalho da igreja estava levando um maior número de pessoas a aceitar Jesus, tornando a Assembleia de Deus mais um espaço de vivência da fé para as pessoas que moravam nesta região da Amazônia.

4.4.1 As divisões como instrumento de poder na AD do Amapá

No ano de 2003, a Igreja da Assembleia de Deus, a pioneira, separou-se da Convenção da Assembleia de Deus do Amapá por conta da divisão que existe até hoje nas eleições nacionais e estaduais. O presidente José Wellington Bezerra da Costa está há mais de vinte cinco anos na presidência da Convenção Geral da Assembleia de Deus do Brasil.

Assim como ocorre a nível nacional, ocorre também do estado do Amapá, onde o pastor Lucifrance detém o poder da Igreja há vinte cinco anos. O pastor Oton de Alencar, presidente do Ministério Assembleia de Deus – a pioneira, tem disputado as eleições e sempre perdeu porque o seu oponente consagrava muitos pastores

¹²⁹ RODRIGUES, Besaliele. *O Centenário da chegada dos Evangélicos no Amapá*. Amapá: Edições da Amazônia, 2017, p.30.

¹³⁰ RODRIGUES, 2007, p.16.

¹³¹ RODRIGUES, 2007, p.21.

que são seus votos para elegê-lo nas eleições de presidente da Convenção do Amapá. Após muitas derrotas, no entanto, o pastor Oton de Alencar resolveu pedir a saída da Convenção do Amapá e se filiou à Convenção de Brasília que também faz resistência ao pastor José Wellington Bezerra de Costa, presidente nacional das Assembleias de Deus no Brasil. Sena escreve:

O início da Convenção do Território Federal do Amapá ocorreu depois de uma divisão onde foi criada a Assembleia de Deus do Avivamento. Em 1964 um grupo de pessoas foram (sic) disciplinadas pelo pastor Otoniel Alencar por terem desobedecido as ordens. Estes disciplinados passaram a se reunir da Rua Pedro Baião no bairro do Trem, e mandaram uma carta para a Convenção do Pará. A Convenção mandou uma comissão para o Amapá a fim de conhecer a realidade. E ao voltar recomendou a volta dos disciplinados. O pastor Otoniel não querendo aceitar os disciplinados resolveu se separar da Convenção do estado do Pará e fundou em 1964, a Convenção do Território Federal do Amapá.¹³²

Aqui tem mais um relato fruto das divisões ocorridas durante o processo de criação da primeira Convenção do Amapá. Na última divisão que ocorreu em 2003, quando o pastor Oton de Alencar saiu da Convenção estadual e resolveu se filiar à Convenção da Assembleia de Deus de Brasília, outros pastores também saíram e criaram os seus ministérios próprios. Quando se entra em uma instituição, a pessoa é obrigada a obedecer às leis desta organização. Neste sentido, o pastor Oton vai adotar as práticas que já existiam dentro da Convenção de Brasília e uma destas práticas é a consagração (ordenação) de mulheres como pastoras.

Estas divisões ou separações ajudaram ao pastor Oton de Alencar a adotar alguns comportamentos avançados da Convenção de Brasília, onde o pastor presidente consagra mulher para o ministério, entrando em confronto com a direção nacional, que não consagra mulher para o cargo de pastora ou outros cargos na hierarquia assembleiana. É bom lembrar que as convenções estaduais são obrigadas a seguir o que está escrito no estatuto e regimento nacional da Assembleia de Deus do Brasil. Também na Convenção Estadual do Amapá, ligada ao atual presidente da CGADB, tem um artigo definindo que devem ser ordenados ministros do evangelho. Conforme as Normativas Institucionais da CEMEADAP, no capítulo III, artigo 7º: “São membros da CEMEADAP, os ministros – pastores e

¹³² SENA, Fredson Maurício. *Resgate da História da Convenção da Assembleia de Deus do Estado do Amapá desde 1930 a 2012*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – FATECH, Amapá, 2014, p.78..

evangelistas, devidamente integrados no trabalho e credenciados pela CEMEADAP –, como também os ministros jubilados e missionários no exterior, credenciados”¹³³. Nesta normativa não se faz menção às mulheres e, portanto, todas estão fora da hierarquia do poder eclesiástico.

O certo é que o pastor Oton de Alencar criou outra Convenção no estado do Amapá, mas que ainda não foi registrada na Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil. Esta Convenção tem o nome de União Fraternal das Assembleias de Deus do Amapá, onde já foram consagradas mais de cinquenta mulheres como pastoras. Este é um fato novo que vem sendo considerado como uma forma de resistência das mulheres e homens do Amapá e da Assembleia de Deus de Brasília – CEADIF. Como afirma Sena Jr.:

Porém, muitas disputas sobre os aspectos na cúpula revelam uma luta pelo poder que se efetua por trás dos bastidores. Geralmente, pessoas que têm cargos durante anos na igreja, chegam a sentir que suas possibilidades vão sendo coagidas por um outro grupo que possui maioria nas decisões e onde dificilmente vão ser aceitas, razão pela qual buscam conseguir seguidores que correspondem as suas aspirações, com o fim de ter suficiente peso para impor na igreja, ou caso contrário, passar a sua forma própria para igreja, algo que para alguns tem resultado a ser um sucesso.¹³⁴

Os diferentes grupos que fazem parte da igreja estão sempre planejando como vão lutar para tomar o poder. Isto acontece em todos os ministérios, congregações, convenções e grupos religiosos.

4.4.2 A filiação à Convenção de Brasília

A filiação se deu em 2003 e ocorre quando o pastor Oton de Alencar resolveu sair da Convenção do Amapá, fazendo a filiação de seus pastores à Convenção de Brasília da Assembleia de Deus. Hoje no Brasil existe um grupo de Convenções que é aliado ao pastor José Welington Bezerra da Costa e outro grupo que é contra, como no caso das Assembleias de Deus do Amapá ligadas ao Pastor Oton de Alencar. Também o mesmo ocorre com a Convenção do Estado do Pará, do pastor Samuel Câmara, de Manaus, do pastor Joel Câmara e de Brasília. É

¹³³ NORMATIVA INSTITUCIONAL CEMEADAP & ABAPAI.CEMEADAP – 50 anos –Formando e fazendo discípulos para a seara do Mestre Jesus. Art/montagem pastor Amadeu Ferreira, Macapá, 2014.p.18

¹³⁴ SENA JÚNIOR, 1990, p.124.

importante ressaltar que em diferentes estados do Brasil existem duas convenções, separadas a nível nacional e local. Como escrevi em outro texto: “Fica muito claro que o grande fundamento dos problemas que ocorrem na Igreja da Assembleia de Deus, a pioneira, é o poder. Quer dizer, como se menciona na parte teórica, quando uma religião se especializa em funções surgem uma série de postos para essas funções”¹³⁵.

4.4.3 A consagração de mulheres na Convenção de Brasília

Segundo o livro que relaciona as doutrinas básicas da Assembleia de Deus do Brasil, está definido que somente os homens devem ser ministros do evangelho. Assim está escrito: “Esses ministros, especialmente ordenados, incluem pastores, evangelistas e mestres da Palavra”¹³⁶. Portanto, é proibida pela Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil a consagração (ordenação) de mulheres como pastoras, evangelistas ou presbíteras. No entanto, no Amapá e em Brasília ocorreram mudanças nesta doutrina geradas pelos líderes locais. E foi de Brasília que o pastor Oton de Alencar do Amapá trouxe esta nova doutrina.

Na Convenção de Brasília, onde a Senadora Marina Silva, do partido da Rede, foi consagrada como evangelista, também existem muitas mulheres consagradas como pastoras e evangelistas. Esta mudança radical nas Assembleias de Deus está ocorrendo por conta da pressão das mulheres e dos homens que têm uma nova visão do trabalho da igreja.

É bom lembrar que muitos homens não querem mais servir às igrejas sem receber algum tipo de remuneração e desta forma é possível que a falta de pastores crie espaço para abrir a possibilidade de mulheres exercerem o ministério. Mesmo porque as mulheres já desempenham muitos trabalhos dentro da igreja.

O empoderamento das mulheres está ligado a práticas sociais que permitem e estimulam, cada vez mais, a participação e a inserção das mulheres no espaço social, e no presente caso, no espaço religioso. Como explica a teóloga Valéria C. Vilhena:

¹³⁵ SENA JUNIOR, Francisco Maurício de. *Estudo exploratório das configurações sócio religiosas nas Igrejas Assembleia de Deus, A pioneira, dos conflitos, consequências e tendências na cidade de Macapá*. Fatech - Amapá, 2006, p.62.

¹³⁶ DOUTRINAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, p.15

Este conceito de empoderamento me auxilia na interpretação de práticas nas quais as mulheres líderes criaram oportunidades para as seguidoras desenvolverem, primeiro, o empoderamento psicológico (autoestima, autoconfiança, autorrespeito) para em seguida, desenvolver o empoderamento social, isto é, a legitimidade no espaço religioso. Esta interpretação é possível porque o olhar analítico, intermediado pela categoria de gênero sobre o campo religioso, rompe com a assertiva de que a posição normativa não gera conflitos.¹³⁷

Portanto, as análises sobre as mulheres pentecostais compreendem a inserção de um cotidiano marcado pela reflexão e ação e não pela mera repetição dos comportamentos e discursos.

4.4.4 A criação da nova Convenção do Amapá e a consagração de mulheres ao pastorado

Fruto da disputa de poder entre os líderes pastores da Convenção do Estado do Amapá, a saída do Pastor Oton de Alencar, como liderança dentro das igrejas, possibilitou a criação de uma nova Convenção com alianças de outros ministérios que não tinham onde se filiar. A criação da Convenção da União Fraternal das Assembleias do Amapá, UFIADAP, possibilitou o surgimento de um espaço para desenvolver políticas eclesiais mais modernas e eficientes para atender as necessidades religiosas nos dias atuais. É nesta Convenção que atualmente são ordenadas as mulheres para o cargo ministerial de pastoras.

Com criação da Convenção da União Fraternal das Assembleias de Deus do Amapá, começaram a ser consagradas mulheres como pastoras e neste momento muitas mulheres assumiram congregações como dirigentes. Para Peres, a “cultura tradicionalista deixa claro a recusa de alguns pastores e sacerdotes quanto à consagração de mulheres a patente de pastoras. Alguns citam a definição de Aristóteles, da mulher como um homem falho”.¹³⁸ Neste sentido, o presidente da União Fraternal das Assembleias do Amapá colocou no Estatuto da entidade esta decisão de incorporar as mulheres no poder eclesial quebrando as concepções masculinas dos filósofos das sociedades passadas, da compreensão teológica de ministério de outras ADs, fazendo uma nova releitura das cartas paulinas.

¹³⁷ VILHENA, Valeria Cristina. *Evangélicas: por sua voz e participação de gênero em discussão*. São Paulo: Fonte, 2015, p.112.

¹³⁸ PERES, 2013, p.14.

4.4.5 A criação da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB)

A criação dessa nova Convenção se deu em 02 de novembro de 2017, quando o Pastor Samuel Câmara, junto com outros pastores de todo Brasil, resolveu fundar a Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB). Para Sena Júnior e outros pesquisadores, a nova Convenção “enseja ordenar mulher como pastora, ela já apontava esta possibilidade, que é bastante salutar para o avanço das mulheres nesta luta de ocupar o espaço eclesial dentro da Assembleia de Deus no Brasil”.¹³⁹ Ainda no ano de 2018 aconteceu a primeira Assembleia Geral ordinária nos dias 16 a 18 de junho em Belém do Pará, quando foi aprovado o “Estatuto da Convenção e no capítulo 2º e inciso 111, está escrito: Congregar, congregar e promover o ministério cristão, sem distinção da vocação e chamada divina de homens e mulheres”¹⁴⁰. Desta maneira, se confirma a oportunidade de mulheres alcançarem outras mulheres em todos os estados do Brasil.

4.5 Desafios e consequências da ordenação de mulheres na AD

Com tal decisão tomada pelo novo corpo eclesial assembleiano, muitas mulheres foram incorporadas nas congregações e muitas congregações que não possuíam pastores receberam as mulheres para dirigir os trabalhos das igrejas. Hoje, a igreja conta com pessoas que têm uma sensibilidade maior para tratar as questões de relacionamento das pessoas no tocante a questões emocionais e espirituais com muita propriedade, pois estas mulheres sempre fizeram estes trabalhos. O que se observa é uma mudança muito rápida neste sentido. Mas, existem desafios e consequências desta ação das mulheres que se pode perceber empiricamente como ressalta pesquisa recente¹⁴¹. Alguns dos desafios da UFIADAP são os seguintes:

Quadro 01 – Desafios para a UFIADAP¹⁴²

01	Uma Política de relacionamento entre os pastores e pastoras
----	---

¹³⁹ SENA JUNIOR, Francisco Mauricio de; SENA, Falbert Mauricio de; SENA, Fredison Mauricio de; SENA, Flávio Pereira. *Mudanças nos perfis das pastoras e pastores da Assembleia de Deus do Amapá* – UFIADAF. Editor Paulo Tarso Silva Barros. Macapá, 2018, p.29.

¹⁴⁰ CONVENÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL. Estatuto. Belém do Pará, 2018, p.4.

¹⁴¹ SENA JUNIOR et al, 2018, p. 51.

¹⁴² SENA JUNIOR et al, 2018, p. 51.

02	Criação de um departamento de aconselhamento
03	Educação para definição dos papéis de gênero (masculino e feminino)
04	Ampliação da formação de mentoria
05	Palestras sobre os direitos das mulheres
06	Educação para o lar para os homens
07	Ajuda aos pastores e pastoras desempregadas

Estes aspectos são importantes para que a UFIADAP possa desenvolver uma política de crescimento humano e espiritual entre pastores e pastoras. Todos estes aspectos foram baseados em dados concretos, tirados do dia a dia de ministros que apontaram estas situações que são frequentes em sua prática pastoral. Na política de relacionamento entre pastoras e pastores, o pastor presidente precisa chamar a atenção de que todos são iguais no trabalho do ministério e que depois de aprovada a consagração das mulheres nos estatutos estadual e nacional, esta virou lei eclesiástica. A questão agora é obedecer ao que está escrito e foi aceito por todos. Quanto ao tema do aconselhamento, é necessário que pastores ou pastoras possam incluí-lo no debate da próxima Convenção estadual para que o tema e sua prática sejam debatidos entre ministros e ministras.

Já houve um trabalho de mentoria na forma de palestras na Convenção de Brasília, onde pastores do Amapá participaram, mas é preciso colocar em discussão em uma Convenção para que os ministérios possam aprovar um trabalho mais organizado e estruturado para realmente ser efetivo.

Sobre os direitos das mulheres, talvez seja o mais urgente de realizar, pois a instituição possui várias mulheres formadas em direito e muitas delas são professoras de direito nas faculdades e universidades. É uma questão de organizar um evento com as pastoras e os pastores e mostrar os avanços no campo do direito em favor das mulheres.

Na questão de ajuda com dinheiro para as pastoras e pastores isto depende das condições financeiras da instituição. Também pode ser resolvida em cada

ministério, pois a União Fraternal das Assembleia de Deus do Amapá é formada por oito ministérios independentes que se juntaram e formaram uma associação ministerial. Esta questão cabe a cada ministério resolver, principalmente em relação às pendências financeiras com os seus ministros.

Na questão das consequências que a ordenação de mulheres como pastoras na UFIADAP levanta, temos um quadro abaixo que sintetiza possíveis zonas de conflito:

Quadro 02 – Consequências para a UFIADAP¹⁴³

01	O conflito entre pastor e pastora
02	Aumento da formação das mulheres pastoras
03	O aumento da violência doméstica na UFIADAP
04	O aumento do estresse nos pastores
05	Aumento da carga de trabalho para as pastoras
06	Aumento das exigências dos membros da igreja
07	Inclusão da mulher na hierarquia da igreja

Quanto aos conflitos entre pastor e pastora, estes já começaram com os missionários suecos nos anos de 1930. Na época foi colocada uma proposta da mulher de Gunnar Vingren, Frida Vingren, para ser ordenada como pastora, uma vez que ela era uma pessoa atuante e grande colaboradora na missão da igreja. Isto aconteceu na Convenção realizado em Natal, RN. A proposta foi rejeitada e os missionários foram expulsos da Convenção e do Brasil. No Amapá, a proposta começou a ser debatida só muito recentemente com a mulher do pastor Otoniel, Augusta Alencar, que na década de 1980 queria ler um versículo no púlpito e não foi permitido, criando um desejo no seu filho, Orley Alencar, de fazer justiça para com sua mãe. A partir deste momento, ele colocou no seu coração a ideia de lutar para

¹⁴³ SENA JUNIOR et al, 2018, p. 49.

que as mulheres da Assembleia de Deus no Brasil tivessem voz e voto nas convenções e pudessem dirigir igrejas locais.

Quanto ao aumento de nível cultural das mulheres da Assembleia de Deus, isto está acontecendo em todos os sentidos na sociedade, sendo um movimento social que ultrapassa as questões internas das igrejas. As mulheres começaram a ocupar os espaços das escolas e universidades. Não só mulheres brancas, mas também mulheres negras e mesmo de outras etnias, como afirma Sena Júnior: “Os alunos negros sentem uma melhora nas oportunidades de acesso às escolas públicas do Amapá e às universidades”¹⁴⁴. As estatísticas comprovam esta participação das mulheres nos espaços da educação. Este é um índice de autonomia da mulher em relação ao homem na luta por ver seus direitos garantidos.

Quanto à violência contra a mulher, os dados nos mapas da violência têm mostrado um aumento em todo Brasil e no Amapá não é diferente. Pode-se afirmar que existe uma guerra entre homens e mulheres, que tem ceifado a vidas de muitas mulheres. Neste caso, a UFIADAP precisa criar mecanismos internos para trabalhar esta questão nos espaços das igrejas, incentivando a formação da educação para a paz, pois o símbolo principal da igreja é Jesus Cristo, príncipe da paz.

Na questão do estresse resultado do trabalho pastoral, a igreja precisa criar calendário de férias para pastoras e pastores para que estes possam revigorar com um descanso de um mês, como é o caso de qualquer trabalhador legalmente contratado. Neste caso, caberia verificar como se dá a relação de trabalho, pois no Brasil o serviço “religioso” normalmente se enquadra no INSS como contribuinte “facultativo”. No caso das mulheres pastoras, a situação é mais difícil, pois tudo depende da relação com seu marido para dividir as tarefas de casa e da igreja. Se dois assumirem o papel de compartilhar o trabalho doméstico junto, isto pode ser resolvido por acordo mútuo. Mas sempre depende de um processo de conscientização dos homens, esposos das pastoras.

Na questão das exigências dos membros em relação ao trabalho pastoral, é possível que esteja relacionado com o nível de educação dos membros e das informações que são repassadas através das mídias sociais. Mas mesmo nesse

¹⁴⁴ SENA JUNIOR, Francisco Mauricio de. *Instituições que articulam as políticas dos negros em Macapá: espaço religioso e educação afirmativa*. Dissertação (Mestrado). Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2016, p.72.

caso, muitas vezes se passa informação deturpada dos pastores. O que se deduz desse debate é que pastoras e pastores precisam de mais formação e qualidade no ministério pastoral. Hoje a maior parte das pessoas tem acesso às informações sobre qualquer assunto da Bíblia e do mundo secular. E esta relativa democratização da informação também repercute nas relações internas nas igrejas.

Quanto à inclusão da mulher na hierarquia das igrejas, em geral, se pode afirmar que é preciso as mulheres se organizarem para lutar por este espaço. Algumas mulheres já participam na hierarquia de algumas instituições religiosas, como na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, na Igreja Metodista do Brasil, na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, na Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e poucas outras. No caso das Assembleias de Deus, normalmente são mulheres esposas de presidente de Convenção. A luta continua para que as mulheres possam ocupar plenamente o espaço de poder, uma vez que a disputa por poder é grande em todos os níveis e nas mais diferentes instituições. E as igrejas não estão isentas dessa disputa.

5 CONCLUSÃO

As lutas das mulheres para ocupar espaços na sociedade machista que caracteriza nosso país dependem, em muito, das suas estratégias e das suas táticas para mudar a história do século XXI. Mas evidentemente não é só uma luta das mulheres. É preciso que haja uma mudança de mentalidade também dos homens e da sociedade em geral. Os homens que têm maior sensibilidade para com as mulheres podem tornar-se aliados importantes neste processo de inclusão das mulheres na história das religiões. Embora estejam ausentes dos escritos de caráter mais dogmático, na prática cotidiana de todas as religiões, as mulheres fazem todas as tarefas e normalmente representam maioria nos espaços sagrados. Esta situação geral não é diferente nas Assembleias de Deus.

Quanto a ocupar o espaço sagrado como participante, isto é garantido, porém sempre sob a direção dos homens pastores. A cultura patriarcal dominou todo este tempo criando ideologias que justificam a posição subalterna das mulheres quanto ao poder eclesiástico. Por exemplo, ainda é muito forte na Igreja Católica a exclusão da participação da mulher no poder eclesiástico. Pelo direito canônico, somente os homens podem ser ordenados para diáconos, presbíteros e bispos na hierarquia católica, pois o ministério é entendido como sacramento da ordem e este é restrito aos homens. Este sacramento só poderia mudar com a aprovação do colégio de cardeais em Concílio coordenado pelo Papa, algo muito distante da realidade eclesiástica atual e mesmo impensável do ponto de vista da hierarquia católica.

Nas igrejas protestantes históricas, algumas já há tempo abriram o espaço ministerial para que a mulher possa ser ministra do evangelho. Nas igrejas pentecostais, temos a Igreja Quadrangular que aceita a mulher como pastora. Já no caso da Assembleia de Deus no Brasil, temos agora uma abertura nas Convenções que foram mencionadas nesta pesquisa. Quem sabe, no futuro esta prática poderá ser concretizada como uma prática em todo território brasileiro. Mas depende de um processo educacional e de um debate teológico aberto para a aceitação dos pastores mais antigos que não concordam que a mulher participe no exercício do poder.

No Amapá, como se afirmou ao longo deste trabalho, já temos o início de uma caminhada neste sentido. Como se viu aqui, o pastor presidente da UFIADAP, Oton Miranda de Alencar, e seu irmão, Pastor Orley Miranda de Alencar, ambos perceberam que não é certo deixar a mulher fora deste espaço tão sublime do poder dentro da igreja. A percepção sábia desses pastores proporcionou uma grande virada na história da justiça de gênero garantindo na União Fraternal das Assembleias de Deus no Amapá o direito de as mulheres serem ordenadas ao ministério da Palavra de Deus. É importante anotar a participação de uma mulher de nome Cleide Balieiro Alencar que sugeriu ao seu marido pastor Orley Miranda de Alencar apresentar a proposta de ordenação de mulher para pastora nas convenções, nos encontros nacionais. Como se viu acima, o pastor Orley de Alencar no passado se sentiu ofendido quando sua mãe Augusta Jovah de Paiva Miranda esposa do pastor Otoniel Alves de Alencar, pediu uma oportunidade de dar uma palavra no púlpito e foi impedida pelos pastores. A partir daquela ocasião ele começou a luta para que as mulheres tivessem o direito de falar na igreja e ter poder.

Embora muitos pastores tentem mostrar que na Bíblia não é permitido a mulher falar na igreja, a percepção desses líderes é outra. Todos sabem que o que os caciques decidem os outros homens dirigidos procuram obedecer. É muito forte a cultura da submissão dentro da igreja Assembleia de Deus. É importante lembrar que, mais recentemente, muitos pastores da Assembleia e inclusive mulheres começaram a estudar teologia chegando ao grau de doutores. O caso de Assembleia de Deus do Amazonas sob a direção do pastor Jônatas Câmara que é presidente da Convenção da Assembleia de Deus desse estado, junto com outros dez pastores, é exemplar. Toda essa liderança está atualmente realizando estudos de doutorado em Teologia na Faculdades EST, além de dirigirem importante instituição de educação superior na cidade de Manaus.

A entrada de intelectuais orgânicos dentro das convenções estaduais e nacionais tem feito a diferença e mudado o quadro da história da igreja no Brasil. Muitos pastores e pastoras já possuem curso superior de teologia e de outras áreas, muitas mulheres com curso superior e com participação ativa em todas áreas do conhecimento. Na igreja existe um *boom* de pastoras formadas em direito e muitas têm uma participação decisiva nas atividades do ministério. Estas mulheres detêm

um poder aquisitivo muito grande com uma participação ativa na política da sociedade amapaense.

Por último, o pastor Samuel Câmara de Belém do Pará, presidente da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil – a nova convenção nacional – sacramentou, em um artigo do Estatuto da nova Convenção nacional, o direito de a mulher ser ministra do evangelho. Será preciso acompanhar as repercussões dessa decisão nas demais Convenções que ainda não aceitam esta novidade no âmbito das ADs, pois é possível imaginar que alguma influência haverá. Na última Convenção, com a participação de aproximadamente dez mil pastores e pastoras, foram reafirmadas as condições das mulheres nas convenções. Elas não só querem ser pastoras e evangelistas, mas também participar na estrutura da direção das convenções e este é um segundo passo. As mulheres da Convenção da Assembleia de Deus do Amazonas fizeram um abaixo assinado reivindicando a ordenação de mulheres e o pastor Jônatas Câmara aceitou ordenar oitocentas mulheres como pastoras.

Este fato histórico coincide com a celebração dos 100 anos da Assembleia de Deus no Brasil e logo depois também no Amapá, o que mostra o trabalho do Espírito Santo com sua intervenção na história das instituições humanas, mudando as suas atitudes para fazer a justiça de Deus. Muitas lutas continuarão a acontecer daqui por diante, mas o que se pode afirmar – teologicamente – é que o Espírito Santo vai estar na vanguarda da presença do reino de Deus que se realiza neste mundo, mesmo quando não conseguimos percebê-lo claramente. É a inclusão da mulher no poder eclesiástico que fará a nova diferença no avivamento da igreja pentecostal Assembleia de Deus do Amapá e do Brasil.

O desejo do autor em pesquisar este tema está relacionado com o compromisso de resgatar o direito do oprimido, no caso, das mulheres na igreja, garantindo que a justiça de Deus se realize. Este autor fica feliz vendo a igualdade entre homens e mulheres na face da terra ir aos poucos se concretizando, pois no céu não haverá diferenças. Ainda assim, como escreveu Paulo na carta aos Gálatas (3.28), *já agora*, em Cristo, “não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto, nem homem nem mulher; porque todos vós sois um Cristo Jesus”. O desejo do nosso Deus é que prevaleçam novas relações de comportamento na sua comunidade, na sua *ecclesia*, na sua assembleia, mostrando ao mundo a nova

mulher e o novo homem. Como tornar isto possível? A semente já está plantada dentro dos corações das mulheres da Assembleia de Deus que já compreendem que elas são um ser humano que tem o mesmo direito que os homens dentro da sociedade, mas que este direito negado por longo tempo precisa ser conquistado pelas lutas e reivindicações das mulheres.

A luta só está começando e existe todo um caminho para percorrer, que depende da organização das mulheres em articular a sua participação nos organismos criados por elas para ter a maior autonomia nos espaços de poder. Tudo é conquistado, nada é dado. As mulheres entendem a sua condição de oprimida e discriminada por um regime de dominação dos homens que em cada momento vai mudando, sendo superado pela justiça de gênero e pelo direito à igualdade. Se isto ocorre na sociedade, mesmo a duras penas, não poderá ser diferente nas igrejas, ainda que com mais vagar e muito sofrimento.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleia de Deus: Origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

_____. *Protestantismo tupiniquim: hipóteses da (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

ALMEIDA, Rute Salviano. *Uma voz feminina calada pela inquisição*. São Paulo: Hagnos, 2011.

ANGELIN, Rosângela; CERVI, Taciana Marconatto Damo. A Complexidade do direito à vida e à dignidade da pessoa humana diante do abortamento e da antecipação do parto em decorrência de anencefalia. In: MADERS, Angelina Maria; ANGELIN, Rosângela (Orgs.). *Direitos humanos e sociais*. Santo Ângelo: URI, 2012.

ARGEMIR, Dolores Comas. *Trabajo, género, cultura*. Barcelona: Icaria ICA, 1995.

BANDINI, Claudirene. Mulheres evangélicas no processo de empoderamento. In: VILHENA, Valéria Cristina. *Evangélicas: por sua voz e participação*. São Paulo: Fonte, 2015.

BAPTISTA, Douglas. *Lições Bíblicas*. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

BILEZIKIAN, Gilbert. *El Lugar de la Mujer en la Iglesia y la Familia*. Buenos Aires, 1995.

BLACKDEN, C. Mark; HUGHES, Elizabeth Morris. El Paradigma postergado: Género y ajuste económico en el África Subsahariana. In: NUEVOS ENFOQUES ECONÓMICOS. San José, Costa Rica: Editora Thera van Osch, 1996.

BLASI, Márcia (Org.). *Caderno justiça de Género e Diaconia Transformadora*. São Leopoldo: EST, 2016.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado*. Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio; São Bernardo do Campo: UMESP, 1999.

CARREIRA, Denise. *Igualdade de gênero no mundo do trabalho: projetos brasileiros que fazem a diferença*. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Marília Gomes de. A dicotomia masculino x feminino na construção do gênero e suas implicações sociais. In: COVOLAN, Nádia Terezinha; OLIVEIRA, Daniel Canavese. *Educação e Diversidade: a questão de gênero e suas múltiplas expressões*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

CAVALCANTE, Robinson. *Cristianismo & Política: teoria bíblica e prática histórica*. Niterói, 1988.

CENTRO DE LITERATURA DA IECLB. Estatuto do Ministério com Ordenação (EMO). Porto Alegre, 2010.

CESAR, Waldo; SHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CIRNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2014.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Sirley Lizon. Cidadania, Gênero e subjetividade. In: *Educação Popular, Democracia e Direitos Humanos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

CONVENÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL. Estatuto. Belém do Pará, 2018.

CORREA, Marina. *Assembleia de Deus: Ministérios, Carisma e exercício do Poder*. São Paulo: Fonte, 2013.

DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembleia de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD., 2004.

DOUTRINAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

FRIGERIO, Tea. *Ecofeminismo: novas relações, nova terra, novos céus*. São Leopoldo: CEBI, 2002.

GEBARA, Ivone. As epistemologias teológicas e suas consequências. In: NEUENFELDT, Elaine Gledi; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara Sandra (Orgs.). *Epistemologia, violência e sexualidade: olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2008. p. 31-50.

_____. *Vulnerabilidade, justiça e feminismos: antologia de textos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010.

HARRISON, Everent F. *Diccionario de Teología*. EUA: Libros Desafío, 1996.

HEERDT, Mauri Luiz, BESEN, Jose Artulino, COPPI, Paulo De. *O Universo Religioso*. Mundo e Missão. São Paulo, 2005.

JARSCHER, Haidi; ALTMANN, Lori. *Um esboço do perfil da pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)*. São Paulo: Traço a Traço Editorial, 1992.

KROB, Daniéli Busanello. *Violência doméstica contra as mulheres e ações de enfrentamento de igrejas: Um estudo de caso*. Tese de doutorado. São Leopoldo: EST, 2017.

LIMA, Marcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana Mazzini. *Dossiê mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013.

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de; ZWETSCH, Roberto E. Acolhimento às mulheres negras para a superação das cadeias religiosas: um desafio ao feminismo. In: MUSSKOPF, André S; BLASI, Márcia. *Ainda feminismo e gênero*. São Leopoldo: EST, 2014.

MALDONADO, Jorge E. *Fundamentos Bíblicos, Teológicos del Matrimonio y la familia*. Buenos Aires: Nueva Creación, 1995.

MARDONES, José Maria. *A vida do símbolo*. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARINGOLI, Ângela. O Deus que age nas fronteiras sociais do humano. In: VILHENA, Valéria Cristina *Evangélicas: por sua voz e participação*. Gênero em Discussão. São Paulo: Fonte, 2015.

MATOS, Clarence José de; NUNES, Cesar A. *História do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, 1994.

MEDINA, Eduarda Campaña. *As igrejas e os direitos sexuais e reprodutivos*. São Leopoldo: CLAI, 2014.

MONTEIRO, Josué. *Origem das Assembleias de Deus*. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina*. São Paulo: Moderna, 1999.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Rosa do Tempo, 1992.

MUSSKOPF, André S.; BLASI, Márcia. *Ainda feminismo e gênero: história e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014.

_____. *Talar rosa: Homossexualismo e o Ministério na Igreja*. São Leopoldo: Oikos, 2005.

NORMATIVA INSTITUCIONAL CEMEADAP & ABAPAI. CEMEADAP – 50 anos – Formando e fazendo discípulos para a seara do Mestre Jesus. Art/montagem pastor Amadeu Ferreira, Macapá, 2014.

NÚÑEZ DE LA PAZ, Nívia Ivette (Org.). *Da violência de gênero para relações humanizadas: guia regional*. São Leopoldo: CEBI, 2010.

OLIVA, Alfredo dos Santos; BENATTE, Antônio Paulo. Um século de Pentecostes no Brasil: algumas observações In: *100 anos de Pentecoste: Capítulos da História do Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

OLIVEIRA, José de. *Breve História do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.

PEREIRA, José dos Reis. *História dos batistas no Brasil: 1882 - 2001*. 3. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: JUERP, 2001

PIKASA, Xabier. *Violência e diálogo das religiões: um projeto de paz*. São Paulo: Paulinas, 2008.

PIMENTEL, Walbi Silva. *A igreja dos pobres: resistências eclesiais no norte do Brasil (1966-1983)*. Curitiba: Prisma, 2016.

PONTES, Miquéias Machado. *Mulheres e o exercício da Liderança nas Assembleias de Deus no Brasil: uma questão ética*. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo: Faculdades EST, 2014.

RICHARD, Pablo. *Força ética e espiritual da teologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2006.

RODRIGUES, Besaliel. *História da Assembleias de Deus, a pioneira do Estado do Amapá*. Amapá: Edições da Amazônia, 2007.

_____. *O Centenário da chegada dos Evangélicos no Amapá*. Amapá: Edições da Amazônia, 2017.

RUETHER, Rosemary Radford. *Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo: Sinodal, IEPG, 1993.

RUSSELL, Letty. *La autoridad en la teología feminista*. San José, Costa Rica: DEI, 1986.

SANTAGADA, Osvaldo D. A mulher consagrada no limiar do Novo Milênio. In: TERRA, J.E.M. A mulher na igreja. *Revista da Cultura Bíblica*, São Paulo, Loyola, 1990.

SCHULTZ, Adilson. *Deus está presente – O diabo está no meio: o protestantismo e as estruturas teológicas do imaginário religioso brasileiro*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: IEPG/EST, 2005.

SCHULTZ, Adilson. A ausência de Deus no mundo masculino. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de (Org.). *Deus na sociedade plural: fé, símbolos, narrativas*. São Paulo: Paulinas, 2013.

SCHÜSSLER-FIORENZA, Elizabeth. *Discipulado de Iguais: uma ekklesia–logia feminista crítica da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SENA JUNIOR, Francisco Mauricio de. *Estudio explorativo sobre las configuraciones socio-religiosas de los conflictos en la Iglesia Centroamericana de Turrialba, sus consecuencias y tendencias*. San José, Costa Rica: UNELA, 1998.

_____. Estudo Exploratório das Configurações sócio-religiosas nas Igrejas Assembleia de Deus, A pioneira. Dos conflitos, consequências e tendências na cidade de Macapá. Fatech. Amapá, 2006.

_____. *Instituições que articulam as políticas dos negros em Macapá: espaço religioso e educação afirmativa*. Dissertação (Mestrado). Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2016.

_____; CHAGAS, Joezer Belo das. Breve história das igrejas evangélicas no Amapá. In: Assembleia de Deus: Cem anos de transformações Espirituais e Sociais no Amapá. Macapá: Editor Paulo Tarso, 2017.

_____; SENA, Falbert Mauricio de; SENA, Fredison Mauricio de; SENA, Flávio Pereira. *Mudanças nos perfis das pastoras e pastores da Assembleia de Deus do Amapá – UFIADAP*. Macapá: Editor Paulo Tarso Silva Barros, 2018.

SENA, Fredson Maurício. *Resgate da História da Convenção da Assembleia de Deus do Estado do Amapá desde 1930 a 2012*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – FATECH, Amapá, 2014.

SILAS, Daniel. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD. 2004.

SILVA, Claudia Neves da. Ação Social das Igrejas pentecostais: a prática para além da oração. In: OLIVA, Alfredo dos Santos e BENATTE, Antonio Paulo. *100 anos de Pentecostes*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, Pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini. *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida*. Brasília: Ipea, 2013.

SINNER, Rudolf von. Igrejas e democracia no Brasil: por uma teologia pública cidadã. In: ROSA, Wanderley Pereira e RIBEIRO, Oswaldo Luiz. *Religião e Sociedade*. Santo André: Editora Unida, 2014.

SOUSA, Ivaldo da Silva. *As relações étnico-raciais em sala de aula*. Minas Gerais: Virtual Books, 2013.

SOUZA, Ezequiel de. *Do genérico ao gênero: a experiência masculina como ponto e partida para o fazer teológico*. São Leopoldo: Karywa, 2015.

STRÖHER, Marga J. *A igreja na casa dela*. São Leopoldo: IEPG/EST, 1996.

TAMEZ, Elsa. *La biblia de los oprimidos*. San José, Costa Rica: DEI, 1979.

TAVARES NETO, José Querino. Espaços privilegiados do poder religioso evangélico. In: SIEPIERSKI, Paulo; GIL, Benedito M. *Religião no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003.

TERRA, J.E.M. A mulher na igreja. *Revista da Cultura Bíblica*, São Paulo, Loyola, 1990.

ULRICH, Claudete Beise; DALFERTH, Heloisa Gralow. *Mulheres no movimento da Reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 2017.

VILHENA, Valeria Cristina. *Evangélicas: por sua voz e participação de gênero em discussão*. São Paulo: Fonte, 2015.

VILLHENA, Valeria Cristina. Violência de Gênero, evangélicos (a)políticos e os direitos humanos. In: VILHENA, Valeria Cristina. *Evangélicas: por sua voz e participação*. Fonte Editorial: São Paulo, 2015.

VOLKMANN, Martin. Teologia Prática e o ministério da igreja. In: SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph; ZWETSCH, Roberto E. (Orgs.). *Teologia prática no contexto da América Latina*. 3ª ed. revista e ampliada. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2011, p. 73-89.

ZABATIERO, Júlio. *Para uma Teologia Pública*. 2ª ed. São Paulo: Fonte; Vitória: Faculdade Unida, 2012.

ZWETSCH, Roberto E. *Teologia e prática da missão na perspectiva luterana*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009.

_____. Teologias da libertação e interculturalidade. In: ZWETSCH, Roberto E. *Conviver: ensaios para uma teologia intercultural latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2015, p. 107-128.